

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

ÂNGELA DE JESUS GONÇALVES VARELA

**ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM DE UM PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE:
O CASO DA CIDADE VELHA – CABO VERDE**

**BELO HORIZONTE
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ÂNGELA DE JESUS GONÇALVES VARELA

ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM DE UM PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE:
O CASO DA CIDADE VELHA – CABO VERDE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Área de Concentração: Arqueologia

Orientador: Luís Cláudio Pereira Symanski

BELO HORIZONTE
2016

306 Varela, Ângela de Jesus Gonçalves
V293a Arqueologia da paisagem de um patrimônio da humanidade
2015 [manuscrito]: o caso da Cidade Velha - Cabo Verde / Ângela
de Jesus Gonçalves Varela. - 2016.
84 f. : il.
Orientador: Luís Cláudio Pereira Symanski.

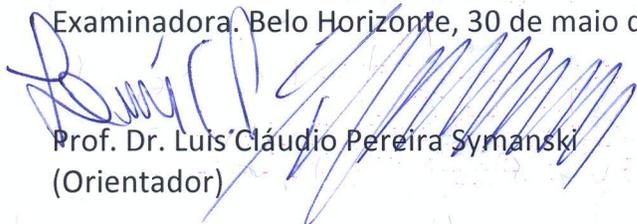
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

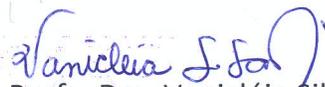
1. Antropologia – Teses. 2. Arqueologia - Teses. 3. Cabo Verde – História - Teses. I. Symanski, Luís Cláudio Pereira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Antropologia de Ângela de Jesus Gonçalves Varela (Nº de Matrícula: 2014708430)

Aos 30 (trinta) dias do mês de maio de 2016 (dois mil e dezesseis), reuniu-se No Auditório Prof. Luiz Bicalho – sala F-1003 - 1º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora, para julgar, em exame final, a Dissertação intitulada: **“ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM DE UM PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE: o caso da Cidade Velha – Cabo Verde”**, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, Área de Concentração: Arqueologia - Linha de Pesquisa: Arqueologia Histórica. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores doutores: **Luis Cláudio Pereira Symanski – orientador – (PPGAN-FAFICH/UFMG); Vanicléia Silva Santos – (DEPT. HISTÓRIA-FAFICH/UFMG) e Marcos André Torres de Souza – (MUSEU NACIONAL/UFRJ - Via Skype)**. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Luis Cláudio Pereira Symanski, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestranda Ângela de Jesus Gonçalves Varela, para apresentação de sua Dissertação. Seguiu-se a argüição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a argüição das examinadoras, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 30 de maio de 2016.


Prof. Dr. Luis Cláudio Pereira Symanski
(Orientador)


Profa. Dra. Vanicléia Silva Santos


Prof. Dr. Marcos André Torres de Souza
(por quem assina o presidente da Comissão, Prof. Dr. Luis Cláudio Pereira Symanski)

*Aos meus pais, Domingos Varela e Maria Tavares, aos meus irmãos
Valdo Varela e Sandra Varela, pelo apoio e encorajamento na
jornada académica.*

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho. Em especial, agradeço ao meu orientador, Professor Luís Cláudio Symanski por aceitar a orientar-me nesta longa caminhada, pelo acolhimento, atenção e, sobretudo, por ter me compreendido e ajudado na superação das minhas dúvidas e questões, com as suas sábias palavras de incentivo e encorajamento. A ele em especial, toda a minha admiração.

Um sincero e especial agradecimento ao Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação – PEC-PEG, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico-CNPQ, pela concessão da bolsa sem a qual seria quase impossível a realização deste mestrado.

Agradeço de coração à professora Gláucia Nogueira, por ter me apresentado o Edital do Programa para a Candidatura no mesmo, no qual foi compreensiva, durante os meses da Candidatura para a bolsa. Lembro-me que no último dia do fechamento da entrega dos documentos exigidos, ainda estava à procura de alguns, porém ela foi indulgente e ajudou-me em tudo. A minha sincera gratidão.

Reconheço o esforço e agradeço ao Sr. Francisco Moreira, morador da Cidade Velha, pelo incentivo e apoio no momento da pesquisa de campo, que muitas vezes ajudou-me a refletir e chegar em uma conclusão satisfatória sobre os diversos pontos relacionados ao sítio histórico. As palavras aqui deixadas não são suficientes para agradecer-te pela veemente coadjuvação nessa caminhada.

Agradeço aos meus colegas de curso e amigos, que desde o primeiro dia da chegada ao Brasil receberam-me carinhosamente, em particular à Isabela Suguimatsu, pela convivência e ajuda nessa longa jornada que no início foi difícil, mas com o passar dos meses e anos consegui acostumar-me a uma nova realidade. Ainda um especial agradecimento a Juliana Azoubel pelo acolhimento, atenção, compreensão e convivência em todos os momentos.

A todos os meus professores da Universidade Federal de Minas Gerais, que nas discussões realizadas na sala de aula ou fora dela, proporcionaram uma nova forma de encarar e trabalhar as questões que estão relacionados com o passado humano, em paralelo com os acontecimentos da atualidade e discernimento destes.

Aos meus familiares pela força, ajuda e coragem que têm proporcionado, ao longo de toda a minha carreira estudantil, desde o Ensino Primário até o Superior. Também por ter compreendido a minha ausência em muitos momentos, principalmente neste que estou tão longe. A eles todo o meu reconhecimento e a minha gratidão. Muitas vezes, essas distâncias

são necessárias para aprender novas realidades e conseqüentemente um novo olhar sobre o mundo que hoje é globalizado.

A todos, e são muitos os que nestas linhas de agradecimento não foram citados, a minha sincera gratidão, pois este trabalho foi resultado do apoio e da compreensão de todos.

O meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender a lógica da implantação e ordenação da cultura material na paisagem, sob uma perspectiva arqueológica. O estudo de caso foi realizado na antiga cidade da Ribeira Grande, atual Cidade Velha - Patrimônio da Humanidade (2009). A escolha da Cidade Velha como objeto de estudo, enquanto cidade Patrimônio Mundial e sítio arqueológico, está ligada ao seu papel histórico durante o comércio triangular. A Cidade Velha, devido ao seu posicionamento geo-estratégico, funcionara como centro de passagem obrigatória de todo o fluxo marítimo do Atlântico, tornando-se um sítio cada vez mais atraente para os grandes navegadores da época. Sublinha-se que na ocupação e colonização do espaço foi necessária a introdução de homens, plantas e animais, pelo fato de permanecer despovoada. Nesse sentido, a paisagem foi construída de forma consciente e lógica pelo colonizador português, na afirmação e exercício de poder sobre o território e sujeitos. Deste modo, foi realizada uma análise das estruturas que, a nosso ver, testemunham/representam o exercício e a legitimação do poder. Com base em uma perspectiva pós-processual, a cultura material foi analisada como resultado das ações humanas, que são carregadas de intencionalidades e significados. Assim, o estudo do sítio histórico, sob uma perspectiva arqueológica, possibilitou gerar novas interpretações sobre o mundo social e cultural dos atores que participaram na construção da cidade: os portugueses, africanos e mestiços. Consideramos que as estruturas revelam aspectos da ideologia, dos discursos de poder, e das relações e práticas sociais.

Palavras-chave: Cidade Velha. Arqueologia da Paisagem. Estruturas religiosas e militares.

ABSTRACT

This study aims to understand the logics of implantation and organization of material culture on the landscape through an archaeological perspective. The ancient city Ribeira Grande, currently known as Cidade Velha, was selected as the case study. This site was chosen due to its historical role during the triangular trade. Due to its geo-strategic position, Cidade Velha was a mandatory passage port for all Atlantic marine flux, becoming an attractive site for the navigators. Its occupation and space colonization demanded the introduction of peoples, plants, and animals, because it was, until then, unoccupied. Considering this logics, the landscape was consciously built by the Portuguese colonizer, aiming to affirm power over the territory and its subjects. In this sense, this study focused on the analysis of the structures that testify the exercise and legitimation of power. Considering the new approaches in archaeology, the material culture was analyzed as a result of human action charged with intentionality and meanings. Thus, the study of the historical site, under an archaeological perspective, makes possible to present new interpretations about the social and cultural world of those actors who participated in the construction of the city: Portuguese, Africans, And mestizos. In this sense, the structures reveal the ideology, the power discourses, and the social relations and practices.

Keywords: Cidade Velha. Landscape Archaeology. Religious and military structures.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização Geográfica do Arquipélago de Cabo Verde	17
Figura 2: Cabo Verde: As dimensões máximas das ilhas e dos ilhéus que constituem o território emerso do Estado.....	18
Figura 3: A ilha de Santiago e localização das povoações	22
Figura 4: O arquipélago de Cabo Verde: Rota do tráfico negreiro	26
Figura 5: Os achados arqueológicos.....	32
Figura 6: Os achados da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.....	33
Figura 7: Representação parcial de assentamento e feição	34
Figura 8: Representação parcial das estruturas antigas.	34
Figura 9: Representação parcial de assentamento e feição	35
Figura 10: Principais Edifícios históricos	36
Figura 11: A ilha de São Vicente – Baía de Salamansa	37
Figura 12: Pormenor de piso de cabana	38
Figura 13: Pesquisas arqueológicas na Baía de Salamansa.....	39
Figura 14: Representação de um achado arqueológico	39
Figura 15: Localização do antigo Porto da Cidade Velha.....	42
Figura 16: Vista parcial do porto da cidade.....	43
Figura 17: Os bairros da cidade.....	45
Figura 18: Principais ruas e becos da cidade.....	46
Figura 19: Imagem de Satélite das áreas da cidade.....	47
Figura 20: Vista parcial da atual Cidade Velha.....	49
Figura 21: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário – fotos antiga e atual.....	50
Figura 22: O Pelourinho da cidade	51
Figura 23: Representação parcial da Sé Catedral.....	51
Figura 24: A vista parcial da Sé Catedral	52
Figura 25: Representação da Fortaleza de São Filipe no alto do rochedo.....	53
Figura 26: A vista parcial do interior do Convento de São Francisco.....	53
Figura 27: A vista parcial do Convento de São Francisco.	54
Figura 28: Representação de algumas ruínas, do lado direito a torre da Igreja e Hospital de Misericórdia e do lado esquerdo a estrutura daquilo que foi a companhia de Grão Pára e Maranhão	54
Figura 29: Imagem satélite da Cidade Velha	58

Figura 30: Desenho cartográfico da Cidade Velha datado de 1655, vista aguarelada, Atlas de Leonardo de Ferrari	65
Figura 31: Planta da Cidade Velha datado de 1778, da autoria do Arquiteto António Carlos Andrea	70

LISTA DE SIGLAS

AECID	Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional
CPAS	Centro Português de Atividades Subaquáticas
IIPC	Instituto da Investigação do Patrimônio Cultural
UNESCO	Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas
UNUPIAGET	Universidade de Jean Piaget

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DE CABO VERDE.....	17
1.1 Situação Geográfica	17
1.2 Descoberta das Ilhas de Cabo Verde.....	19
1.3 A Colonização das Ilhas de Cabo Verde.....	21
1.4 Cabo Verde e o Tráfico de Escravos	25
3 CIDADE VELHA: PASSADO E PRESENTE DE UMA CIDADE CABO-VERDIANA	41
3.1 Localização e Implantação urbana	41
3.2 As Fases da Expansão.....	44
3.3 As Estruturas Remanescentes e sua Implantação	48
4 ESTRUTURAÇÃO DA PAISAGEM: ANÁLISE DAS ESTRUTURAS RELIGIOSAS E MILITARES.....	56
4.1 Paisagem e uma Perspetiva Arqueológica.....	60
4.2 Sacralização da Paisagem	63
4.3 Paisagem Fortificada	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado *Arqueologia da paisagem de um Património da Humanidade: o caso da Cidade Velha – Cabo Verde*, enquadra-se no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, área de concentração em Arqueologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG - FAFICH). A Arqueologia é um campo do conhecimento que estuda os seres humanos no tempo e espaço, a partir de sua cultura material – que são representadas “por vasos e vestígios de habitações, por ornamentos pessoais e ritos funerários, pelos materiais que de longe importavam, pelos muros que construíram, pelos restos de esqueletos encontrados, pelas moedas cunhadas, pelos monumentos construídos entre tantos outros vestígios” (ÉVORA, 2015:34). Por meio desses vários vestígios materiais é possível esclarecer a forma com que nossos antepassados “sobreviveram e dominaram a natureza” (idem:31) nas diferentes regiões do mundo. Segundo argumentou Kierbo (2010:214), “os métodos científicos utilizados pela Arqueologia têm o mérito de ser universais. Podem ser aplicados tanto na África como na Europa, Ásia ou América, embora a maneira de aplicá-los possa variar de um lugar para outro”.

Sendo assim, salientamos que o estudo das culturas passadas através da arqueologia contribui de maneira fundamental para o entendimento do mundo social, principalmente os períodos que, de alguma forma, não constam na documentação escrita. Em Cabo Verde, embora algumas das Ilhas tenham sido alvos de várias pesquisas e intervenções arqueológicas, ainda são poucos os resultados divulgados. Nesse caso, a Arqueologia necessita ser melhor explorada para responder aos anseios e inquietações da comunidade científica cabo-verdiana, a considerar que não existem cursos dedicados a esta área do conhecimento em Cabo Verde.

A Cidade Velha foi primeiro núcleo de ocupação humana de Cabo Verde, tendo sido fundada no ano de 1460. O seu povoamento foi semelhante ao das outras ilhas atlânticas – Madeira e Açores – com o emprego do sistema de capitania e sesmaria, no qual o capitão-donatário detinha amplos poderes, delegados pela Coroa, de caráter civil e criminal. Para Santos *et al.* (2007:47), durante o primórdio da ocupação, ao donatário cabia o papel de distribuição das terras aos senhores reinóis, “incumbindo-os de as administrarem”.

Numa interface entre Antropologia e Arqueologia, esta pesquisa tem por objetivo analisar a paisagem cultural da Cidade Velha, com base nos pressupostos teóricos da arqueologia da paisagem. Em específico, compreender a lógica da inserção e ordenação das estruturas religiosas e militares na paisagem da cidade, que são exemplos de uma categoria de cultura material – as estruturas arquitetônicas – que, na maioria das vezes, são ocultas aos nossos olhos, devido às mudanças ocorridas, à sedimentação, à reutilização do espaço e às

novas significações. Em vista disso, ressaltamos que a Igreja foi um dos dispositivos usados para a colonização e expansão dos territórios no além-mar, isso por meio de construções religiosas, com o fim de dar suporte espiritual aos colonizadores e doutrinar a massa de escravizados que ocuparam o arquipélago. As fortificações consistiram em outro dispositivo essencial nesse projeto, como expressão do poder militar e coercitivo da Coroa Portuguesa.

A arqueologia da paisagem é “hoje um componente importante dos estudos realizados por arqueólogos para a compreensão dos povos e culturas do passado” (SOUZA, 2007:63). A paisagem que outrora era analisada como uma simples adição aos elementos naturais, atualmente é definida como uma constituinte ativa na compreensão das dinâmicas e processos ocorridos no tempo e espaço. Visto que possibilita a compreensão da variabilidade do comportamento humano sobre uma determinada época e também ajuda na observação do espaço além dos limites onde este está inserido (KNAPP e ASHMORE, 1999).

Por conseguinte, três distintos conceitos de paisagens contribuem para o estudo e a interpretação do mundo estruturado: *paisagem construída* – quaisquer construções são pensadas e projetadas na paisagem, conforme a cultura a que fazem parte ou as visões que se têm do mundo; *paisagem conceituada* – no espaço desenrolam-se ações de cunho religioso e cultural, sem que necessariamente sejam transformadas pela ação humana; e, *paisagem idealizada* – na paisagem encontra-se um conjunto de evidências que testemunham as percepções imaginativas e emocionais (memórias e histórias) dos indivíduos que ocuparam o espaço ao longo de uma determinada época (KNAPP, ASHMORE, 1999). Compreender as construções como elementos ativos no exercício e afirmação do poder, possibilita o entendimento das suas funcionalidades e suas relações com os aspectos sociais e culturais envolvidos na formação social da Cidade Velha.

No presente trabalho, adotamos um conjunto de procedimentos metodológicos que ajudou-nos no entendimento da lógica e implantação da cultura material na paisagem. Realizamos consultas documentais em Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde e bibliotecas, que fazem referência a respeito da história de Cabo Verde/Cidade velha e a Arqueologia, tais como: o livro de Silva (1996), que alude sobre a descoberta e o povoamento das ilhas de Cabo Verde, com novas interpretações; o de Hernandez (2002), que apresenta a ideia sobre a colonização das ilhas e o tráfico de escravos; também consultamos o livro de Évora (2015), que faz referência acerca das escavações realizadas no sítio histórico e algumas sugestões para novos estudos arqueológicos; entre outros autores consultados.

Essas pesquisas permitem a recolha prévia da bibliografia especializada acerca dos processos metodológicos relevantes e concepções teóricas com as quais a realidade em estudo

estará direta ou indiretamente ligada. Entretanto, a dificuldade de acesso à documentação de apoio é uma condicionante tradicional das pesquisas que abordam temáticas ligadas a Cabo Verde, uma vez que os próprios organismos de Estado não atualizam as bases de dados, dificultando o andamento dos trabalhos de pesquisa.

Além da pesquisa bibliográfica, também realizamos pesquisa de campo no sítio histórico; fomos “beber na fonte” e essa se procedeu da seguinte maneira: primeiro identificamos e fizemos levantamentos das fortificações construídas na época colonial, em seguida foi feito o mapeamento e por último, a caracterização das estruturas remanescentes, apesar de que algumas dessas estruturas encontram-se em ruínas. Para atingir aos objetivos traçados, organizamos o trabalho em quatro capítulos.

No primeiro capítulo é realizada o Enquadramento Histórico-Geográfico das Ilhas de Cabo Verde, partindo de estudos já realizados: por Santos e Cabral (s/d), assegurando que foi um achado (1460) não previsto nas viagens marítimas portuguesas, que rapidamente se utilizou em função dos objetivos principais da navegação atlântica; e, por Pires (2007), ao sintetizar a política do estabelecimento das capitanias-donatárias, como o primeiro modelo utilizado pelo Estado para a promoção do povoamento e administração dos novos territórios.

No segundo capítulo é apresentada uma Breve História da Arqueologia em Cabo Verde, em que foram abordadas assuntos ligadas às pesquisas e intervenções arqueológicas já realizadas em Cabo Verde e a necessidade de maior exploração dos métodos arqueológicos nos estudos das sociedades passadas. Segundo Guimarães (2011:131), “uma das grandes virtudes da Arqueologia é contrapor, com a insofismável autoridade dos vestígios materiais corretamente datados, as, quantas vezes, erradas construções históricas exclusivamente baseadas na interpretação dos documentos”.

No terceiro capítulo é enfatizada sobre a Cidade Velha: Passado e Presente de uma Cidade cabo-verdiana, por intermédio dos relatos deixados pelos navegadores. Partimos da noção de que “a escolha de localização dependia essencialmente das funções que a cidade devia exercer – funções comerciais, portuárias, administrativas, etc. – a escolha do sítio específico para a sua implantação tinha em atenção as condições topográficas e ambientais” (TEIXEIRA, 2009:2). Nesse âmbito, a escolha para o primeiro assentamento foi à beira de um porto, como já mencionado, pois constituía não só como principal meio de relações políticas e comerciais, mas também como ponto de conexões com outras regiões. De acordo com Teixeira (2012:11):

A compreensão da cultura urbana, dos processos que lhe deram origem e das formas que geraram, são essenciais para a permanência da memória e da história e também

são fundamentais para a correta formulação de políticas de intervenção nesse patrimônio cultural construído.

O quarto capítulo é direcionado as análises para compreensão das estruturas arquitetônicas inseridas e ordenadas na paisagem da Cidade Velha, que por sua vez serviram como mecanismo de dominação do território e dos demais. Para tal, utilizamos como ferramenta metodológica a interpretação do Desenho Cartográfico datada de 1655, encontrado nas publicações do Arquivo Militar de Estocolmo, publicado por Rocío Sánchez Rubio, Isabel Testón Núñez e Carlos M. Sánchez Rúbio em *Imagens De Un Imperio perdido*, que denota as estruturas religiosas na paisagem e a leitura do Mapa antigo da Cidade Velha, datado de 1778, de autoria do Arquiteto António Carlos Andrea, que demonstra as estruturas militares construídas na paisagem. Segundo Moreira e Soares (2015:129), as estruturas “são objetos sociais carregados de valores e sentidos próprios de cada sociedade. No entanto, eles não são um simples reflexo da sociedade, pois eles ajudam na formação/domesticação das pessoas, afetando-as direta ou indiretamente”. Portanto, essas ferramentas metodológicas foram utilizadas como forma de compreender as estratégias utilizadas pela Coroa Portuguesa na ocupação e criação de espaços significativos.

Com esta pesquisa pretende-se demonstrar o potencial interpretativo da arqueologia nos estudos das antigas paisagens, que proporcionam a compreensão da estruturação social e as transformações ocorridas, ao longo dos tempos. Visto que, as estruturas inseridas na paisagem dizem muito sobre ideologia, poder, relações de classe e a expressão na paisagem. Por detrás de cada construção percebe-se o discurso de poder dos seus construtores e usuários, imposto pela cultura dominante. A arqueologia constitui uma ferramenta para o conhecimento de tempos pretéritos, por meio da qual contribui para o entendimento da trajetória da humanidade desde suas origens até o tempo presente.

1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO DE CABO VERDE

1.1 Situação Geográfica

Cabo Verde é um pequeno país insular e faz parte do conjunto arquipelágico que forma a região de Macaronésia¹ no Oceano Atlântico. Localiza-se na costa ocidental africana, a cerca de 500 km da costa senegalesa. Hodiernamente, é formado por dez ilhas e alguns ilhéus de origem vulcânica, sendo nove delas habitadas. Encontram-se divididas em dois grupos: o de Barlavento (a Norte), que inclui as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boavista e os ilhéus Branco e Raso e o de Sotavento (a Sul), dele fazem parte as ilhas de Maio, Santiago, Fogo, Brava e os ilhéus do Rombo, Luís Carneiro e Cima. As ilhas, de origem vulcânica, são “pequenas e montanhosas. O litoral é rochoso, algumas ilhas possuem recifes, bancos de areia e dumas” (SANTOS, 2014:26).

Figura 1: Localização Geográfica do Arquipélago de Cabo Verde.



Fonte: MONTEIRO, 2012.

¹ Macaronésia é o nome atribuído ao grupo de ilhas situadas no Oceano Atlântico, entre a Europa e a África. Estas apresentam praticamente as mesmas características geológicas e biológicas, mas cada uma com sua especificidade única.

Possui uma área total de terras emersas de 4,033 km². Santiago é a maior ilha, com 991 Km² e a menor a ilha de Santa Luzia, com 35 Km². Pela sua localização geográfica, marca extremidade ocidental da faixa do Sahel, caracterizada por condições climáticas de aridez e semiaridez. Desde início secas e crises vem assolando o país, tornando assim, os maiores desafios da população que vive, principalmente da agricultura pouco diferenciada e de algumas actividades com ela ligada. Nada pode o engenho humano alterar tais fenómenos de escala planetária. A virtude está em tirar o melhor partido das particularidades do clima (SANTOS *et al.*, 2007:3).

Figura 2: Cabo Verde: As dimensões máximas das ilhas e dos ilhéus que constituem o território emerso do Estado.

Ilhas e ilhéus		Dimensões máximas (m)			Superfícies aproximadas (km ²)
		Comprimento	Largura	Altitude	
Grupo de barlavento	Santo Antão.....	42 750	23 970	1 979	779
	S. Vicente.....	24 250	16 250	725	227
	Santa Luzia.....	12 370	5 320	395	35
	Branco.....	3 975	1 270	327	3
	Raso.....	3 600	2 770	164	7
	S. Nicolau.....	44 500	22 000	1 304	343
	Sal.....	29 700	11 800	406	216
	Boavista.....	28 900	30 800	387	620
Grupo de sotavento	Maio.....	24 100	16 300	436	269
	Santiago.....	54 900	28 800	1 392	991
	Fogo.....	26 300	23 900	2 829	476
	Brava.....	10 500	9 310	976	64
	Grande.....	2 350	1 850	95	2
	Luis Carneiro.....	1 950	500	32	0,22
	Cima.....	2 400	750	77	1,15
Arquipélago.....		—	—	—	4 033,37

Fonte: SANTOS *et al.*, 2007.

1.2 Descoberta das Ilhas de Cabo Verde

Portugal foi a pioneira das nações europeias a se lançar ao mar no período das grandes navegações. Logo se tornou centro da atividade expansionista em busca da riqueza, que só foram viabilizadas em virtude do desenvolvimento tecnológico da época, como a “capacidade naval, conhecimento da bússola e astrolábio” que orientava a localização dos territórios e domínio das armas de fogo (FAUSTO, 1930:24-25). Para mais, sua posição geográfica privilegiada garantia-lhe saída para o Atlântico, aumentava sua possibilidade de desenvolver o comércio ao longo da costa africana e o estabelecimento de novas rotas para as Índias. Da mesma forma, conforme Gomes Eanes de Zurara, em sua *Crónica dos feitos da Guiné*, destaca-se:

1ª) Desejo de “saber a terra” a sul das ilhas de Canária e do Cabo Branco; 2ª) procura da existência de povos cristãos e de portos seguros de onde podiam trazer e levar mercadorias através de um comércio frutuoso para ambas as partes; 3ª) necessidade de conhecimento do real poderio dos mouros das terras de África, que ouvia dizer “muito maior do que comumente pensava”; 4ª) procura de algum príncipe cristão que, em caridade e amor de Cristo, pudesse ajudar contra os inimigos da fé cristã; 5ª) desejo de dilatar a “santa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar [...] (ZURARA, 1989 *apud* LIMA, 2007:2).

Apesar do claro conteúdo religioso das justificativas apresentados por Zurara, a necessidade de “levar e trazer mercadorias” salta aos olhos. Segundo notou Wolf (2005:141), “a comercialização de produtos obtidos nos próprios territórios ou apropriados por ocasião das guerras desenvolveu-se juntamente com os meios de garantir a posse de excedentes”. Sabe-se que, economicamente, a crise do feudalismo foi resolvida a partir do acúmulo de capitais e recursos disponíveis além das fronteiras europeias, o que demandava a conquista de novas terras e mercadorias.

As primeiras conquistas portuguesas começaram-se pela cidade de Ceuta, situada ao Norte da África, no ano de 1415. Seguidamente dirigiu-se para o Oceano Atlântico, onde foram colonizadas as ilhas de Açores (1439) e Madeira (1419-1425). Posteriormente, dobrou-se o cabo de Boa Esperança (1487-1488) e Portugal descobriu o caminho para a Índia (1498). Mais tarde, descobriu-se o Brasil (1500). Assim sendo, salientamos que a conquista de Ceuta:

[...] representou a abertura, para o Reino de Portugal, das portas do domínio do comércio que aquele porto exercia. Em 1434, os portugueses ultrapassaram o Cabo Bojador, na costa do Saara Ocidental. A partir de então, o avanço lusitano para o sul seria permanente. Após seu regresso de Ceuta, o Infante Dom Henrique fixou-se em Sagres, onde se desenvolveram novos métodos de navegar, desenharam-se cartas e adaptaram-se navios (VISENTINI, 2013:42).

Segundo a perspectiva eurocêntrica, durante o século XV² em uma das viagens sucessivas, os navegadores portugueses alcançaram as ilhas. No entanto, por falta de documentos da época que comprovam os factos com consistência e de uma forma objectiva, discussões tem sido pautadas no que se refere a “descoberta” das mesmas, que muitas vezes povos da Costa da África Ocidental e precisamente pelos povos Jalofos, antes da chegada dos portugueses. Os Jalofos teriam aproado à ilha de Santiago, em canoas, para fugir às lutas tribais dos Felupes” (CARREIRA, 1981 *apud* VASCHETTO, 1987:62). Eventualmente, não teria sido durativo a presença dos povos africanos e que se “ali ter aportado gente, foi-o por causas puramente acidentais e esporádicas” (CARREIRA, 2000:291).

Contudo, devido a escassez de documentação credível, simplifica-se o problema como o re-achamento do arquipélago de Cabo Verde ou das datas da descoberta. Soma-se a isso que a hipótese levantada surgiu a partir de “um texto de Plínio, que Senna Barcellos cita com alguns lapsos de transcrição, não passa de uma síntese de lendas acumuladas durante anos e anos” (SANTOS *et al.*, 2007:27). A esse respeito, fundamenta Albuquerque (1991:23) que a Geografia ou Cosmografia de Ptolomeu, considerada a fonte predominante dos conhecimentos geográficos na Europa do século XV, não faz nenhuma referência a este efeito. Por conseguinte, devido a falta de testemunhos escritos que comprovam a presença de populações nas ilhas de Cabo Verde antes dos portugueses, faz com que aceitemos os textos deixados pelos autores da época, que referem que estes espaços estavam desabitados.

Oficialmente, o arquipélago de Cabo Verde foi descoberto pelos navegadores portugueses António da Noli e Diogo Gomes. Os mesmos encontraram as Ilhas de Cabo Verde do grupo oriental: S. Jacobo (Santiago), S. Filipe (Fogo), Maias (Maio), S. Cristóvão (Boavista) e Lana (Sal). Posteriormente, em 1462, foram descobertas por Diogo Afonso as ilhas restantes do grupo ocidental (SANTOS *et al.*, 2007:41-45). No entanto, nos documentos históricos não há clareza sobre quem foram os descobridores, apesar de António da Noli e Diogo Gomes serem considerados os descobridores oficiais.

De acordo com Pereira (1986:43), Luís Cadamosto, navegador e mercador veneziano, alega ser um dos descobridores das ilhas de Cabo Verde, por ter chegado e visitado algumas das ilhas como, Boavista, Santiago, Sal e Maio. Contrariamente, o navegador/mercador Vicente Dias sugere ser um dos descobridores, em 1445, de “algumas das ilhas do grupo oriental do arquipélago de Cabo Verde, no decorrer de uma das duas viagens sucessivas que fez à costa africana autorizado pelo Infante D. Henrique” (SANTOS *et al.*, 2007:32-33). Assim, os

² Na historiografia portuguesa, as Ilhas de Cabo Verde aparecem como sendo descobertas, no ano de 1460 e permanecia desabitadas, sem quaisquer indícios de presença humana (HGCV, 2001:10).

descobridores oficiais relataram que ao longo das suas viagens “avistaram ilhas no mar e [quando aproximaram encontraram] areia branca e um porto, onde lançou a âncora. Deram-lhe o nome de Santiago³” (VASCHETTO, 1987:64). Ainda narraram que não havia sinal nenhum de homens, senão a existência de muitas aves estranhas e algumas árvores (figos) e pastos. Portanto, na impossibilidade da existência de um outro documento possuidor de fundamento com maior relevância acerca da “descoberta” e dos “descobridores” das ilhas de Cabo Verde, aceitamos a versão dos portugueses como ponto de referência para pesquisa.

1.3 A Colonização das Ilhas de Cabo Verde

Após a descoberta, as ilhas de Cabo Verde foram integradas ao patrimônio português e passaram a ficar subjugadas à sua dominação. Isso porque, desde muito cedo, percebeu-se sua localização privilegiada, o que facilitaria e contribuiria para as incursões comerciais na costa africana, na tentativa de manter o monopólio e assegurar o poder. Serviria ainda, como ponto de apoio para o descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Nessa percepção, para a colonização do território recém-descoberto foi adotada a mesma estratégia como já estava acontecendo em outras ilhas do Atlânticas, na Madeira e nos Açores. No entanto, como afirmaram Santos e Cabral (s/d:4), “não podemos esquecer que estamos pela primeira vez nos trópicos e essas formas de colonização encontraram fortes limitações”.

Para Semedo (2010:15), a noção de colonização remete a uma “transferência de forças de um território para outro”. Sejam capitais, tecnologias, valores culturais ou pessoas, trata-se sempre de um processo brutal e violento de transferência de força – embora muitas vezes não seja unilinear. Os valores culturais, por sua vez, podem ser considerados como sistemas simbólicos adotados pelo dominador na manutenção e afirmação do poder e hierarquia sobre o território. Para tal, transfere-se ao novo território um conjunto de elementos concretos, mas também ideológicos, que passam a fazer parte da vida dos “colonizados”.

A primeira a ser colonizada foi a ilha de Santiago, por oferecer melhores condições para o feito e pela proximidade com a costa da Guiné, o que facilitaria a cômoda comunicação e as atividades comerciais, e ainda ajudaria na manutenção e controle do monopólio português na costa. Para tanto, passaria a servir como uma espécie de fortaleza-feitoria na dinâmica comercial e desempenhou importante função no entreposto comercial de escravos ao promover o alargamento das navegações portuguesas à procura de novos continentes tão ambicionados

³ Santiago é a maior ilha do arquipélago de Cabo Verde, pertencente ao grupo do Sotavento.

pelos europeus na era do expansionismo europeu. “Em 1462, o Rei D. Afonso V doa a D. Fernando, seu irmão, o conjunto das ilhas descobertas, concedendo-lhe amplas prerrogativas tanto sobre o seu território [...] como sobre o elemento humano que lá se fixasse” (SILVA, 1996:17). Dado isso, Santiago foi dividida em duas capitânicas: António da Noli recebeu a Capitania do Sul, que funcionou com sede na Ribeira Grande – atual Cidade Velha e, mais tarde, Diogo Afonso recebeu a Capitania do Norte, cuja sede foi instalada nos Alcatrazes. No mesmo ano, António da Noli “transfere-se para Cabo Verde acompanhado por alguns familiares, criados do Infante e casais do Algarve, onde assume a capitania Sul da ilha de Santiago e funda a cidade da Ribeira Grande” (PIRES, 2007:24).

Figura 3: A ilha de Santiago e localização das povoações.



Fonte: PIRES, 2007.

A segunda a ser colonizada e vizinha da primeira foi a ilha do Fogo que “recebeu um aparelho institucional para as questões administrativas e jurídicas, constituído pelo capitão e pela câmara. Nas questões econômicas e fiscais, a organização fez-se em torno do almoxarife e do feitor dos algodões” (SANTOS *et al.*, 2007:48). Pouco se sabe sobre a doação e administração das outras ilhas. Eventualmente, em todas elas, foi aplicado o mesmo aparelho fiscal e econômico institucionalizado daquilo que foi estabelecido na ilha de Santiago. Sobre esse processo, os mesmos autores argumentaram:

Na ilha do Maio, os foreiros tinham o direito de explorar o gado existente, pagando ao rei a dízima e o quarto do que matassem, que deveriam enviar ao feitor das ilhas, em Lisboa, suportando o soberano o frete. Tinham também que pagar a dízima do algodão e de outros benfeitores. Já na ilha de Santo Antão todas as rendas, tributos e pertenças devidas ao rei revertiam para o capitão, que pagava a dízima e o quarto dos sebos, peles e carne do gado. As ilhas do Sal, Brava, Santa Luzia e ilhéus Branco e Raso, estiveram arrendados a Francisco da Fonseca e a seus herdeiros. Por último, nas ilhas de S. Nicolau e S. Vicente, a exploração do gado bravo foi concedida ao conde de Portalegre, que dela pagava a dízima (SANTOS *et al.*, 2007:48-51).

Com a inexistência de uma população nessas ilhas, que determina a política portuguesa de povoamento, “os portugueses queriam fazer uma ocupação de população europeia, a semelhança de Madeira e Açores” (ANDRADE, 1996:35). Entretanto devido às dificuldades encontradas no local, como a distância que separava a ilha do reino, a especificidade climática e a escassez de recursos naturais, foi impossível efetuar o povoamento das ilhas somente com os colonos portugueses, em contraposição às ilhas de Madeira e Açores, que tiveram resultados satisfatórios. De fato, as ilhas da Madeira e dos Açores eram arquipélagos melhor localizados e mais favoráveis à instalação humana. Assim fica claro que, para a primeira etapa do povoamento e da exploração das terras em Santiago, foram trazidos escravos da Guiné, ainda que um certo número desses escravos fosse vendido para outras paragens, de maneira que, por volta do século XVI, Santiago já era considerada uma ilha rica, e muitos dos seus moradores detentores de grande capital.

Em vista disso, ressaltamos que dois grupos principais participaram na construção da sociedade cabo-verdiana. O primeiro grupo, minoritário, era constituído por reinóis portugueses, castelhanos e genoveses e o segundo, por escravizados, trazidos da costa da Guiné pelos moradores da ilha, constituindo assim, uma sociedade baseada na relação de poder entre senhor/escravo. De igual modo, serviu como centro de nascer de uma nova sociedade, sobre todos os pontos de vista, desde “o físico ao cultural, atingindo mesmo o religioso: a sociedade crioula, primeiro contributo para a construção do Mundo Atlântico” (SANTOS e CABRAL, s/d:3). Em adição, criou-se uma sociedade dicotômica e hierarquizada, em que os escravizados

tinham que forçosamente submeter-se e se incorporar aos referenciais da cultura europeia. Em outras palavras, o objetivo era aculturá-los, dado que era de competência dos seus senhores de investir na aculturação dos seus escravos, através do ensinamento da língua portuguesa, das técnicas de trabalho e da religião católica – no sentido de aceitar a sua condição. No entanto, apesar de serem proibidos de professar suas religiões e crenças – consideradas, antes, como feitiçarias, superstições e agouros – conseguiam praticá-las, muitas vezes, às escondidas. Embora os registros documentais dessas práticas sejam escassos, pode-se encontrar indícios na cultura material por eles usada, a qual pode ser recuperada por meio de escavações arqueológicas. No Brasil, os estudos referentes a arqueologia da escravidão têm demonstrado o potencial informativo de artefatos de origem africana nos sítios históricos, que revelam pistas dessas práticas entre os escravizados.

Na interface entre a Antropologia e Arqueologia, a temática da aculturação foi frequentemente posta em pauta. No estudo da cultura material dos grupos escravizados, alguns autores viam o uso de materiais de origem europeia como indícios de uma completa assimilação da cultura dominante pelos dominados, no caso os escravos. Por conseguinte, nessas abordagens, “os cativos são considerados inaptos para se engajar em estratégias de negociação social, aceitando passivamente os estímulos da sociedade dominante” (SYMANSKI, 2014:163). Contudo, as pesquisas arqueológicas realizadas nas senzalas, fazendas e engenhos têm demonstrado que no universo da escravatura, os escravizados atribuíram significados à sua cultura material, ainda que eram forçosamente obrigados a viver e coabitar numa sociedade idealizada pelos portugueses.

O sistema das capitânicas utilizadas pela Coroa Portuguesa, não funcionou de modo eficaz porque nas ilhas de Cabo Verde foi estabelecido logo após a sua descoberta, porém, nas outras ilhas atlânticas, foi instituído depois do povoamento. O sistema funcionava com a figura do capitão-donatário que detinha amplos poderes: de cunho econômico-administrativo, pelo qual distribuía as terras aos reinóis e judicial, pelo qual podia castigar as pessoas perante os crimes cometidos. Devido as dificuldades encontradas na ilha de Santiago, o espaço que outrora tinha atraído os reinóis pela facilidade de se enriquecer, passou a ser menos desejável e procurado. Por tal motivo, parecia ser inviável a colonização nos primórdios do século XV. O capitão-donatário preparou uma carta para a Coroa Portuguesa, em que relatou os fatores que impediram a rápida fixação dos colonos e a consequente administração territorial. Ademais, referiu-se às viáveis soluções que pudessem ser empregadas para superar esse impasse, a pedido dos moradores que também almejavam-se participar do tráfico negreiro.

O yffante D. Fernando, meu muyto prezado e amdo yrmão, nos enviou dizer como averá quatro annos que elle começara a povoar a sua ylha de Santiago, que he através do Cabo Verde e que por seer tam alomgada de nossos regnos, a gente nom quer a ella hyr viver [...] [senão com] muy grandes liberdades e framquezas e despesa sua do donatário (SILVA, 1996:18-20).

Segundo a documentação histórica, a pretensão dos moradores foi considerada através da concessão da Carta Régia de 1466, pela qual passaram a possuir “privilégio de tratar e resgatar escravos na costa da Guiné como um todo, exceção feita a Arguim e [Serra Leoa] podendo levar as mercadorias que quisessem, excluindo navios e suas munições, armas e ferramentas” (HERNANDEZ, 2002:24). A restrição quanto às armas e munições foi estabelecida porque o espaço já era exclusivamente arrendado a Fernão Gomes. A Carta, portanto, não só permitia que os moradores de Santiago adquirissem mercadorias europeias e as revendesse na África, e vice-versa, como os colocava na situação de vantagem comparativa em relação a outros mercadores, pois se fixar na ilha representava a inserção fácil no comércio. Além disso, a lógica dessa autorização proporcionava a reclassificação do valor estratégico do espaço, visava à colonização, à criação de uma estrutura econômica própria, e permitia maior procura por parte dos mercadores e armadores que viviam do comércio e das atividades portuárias.

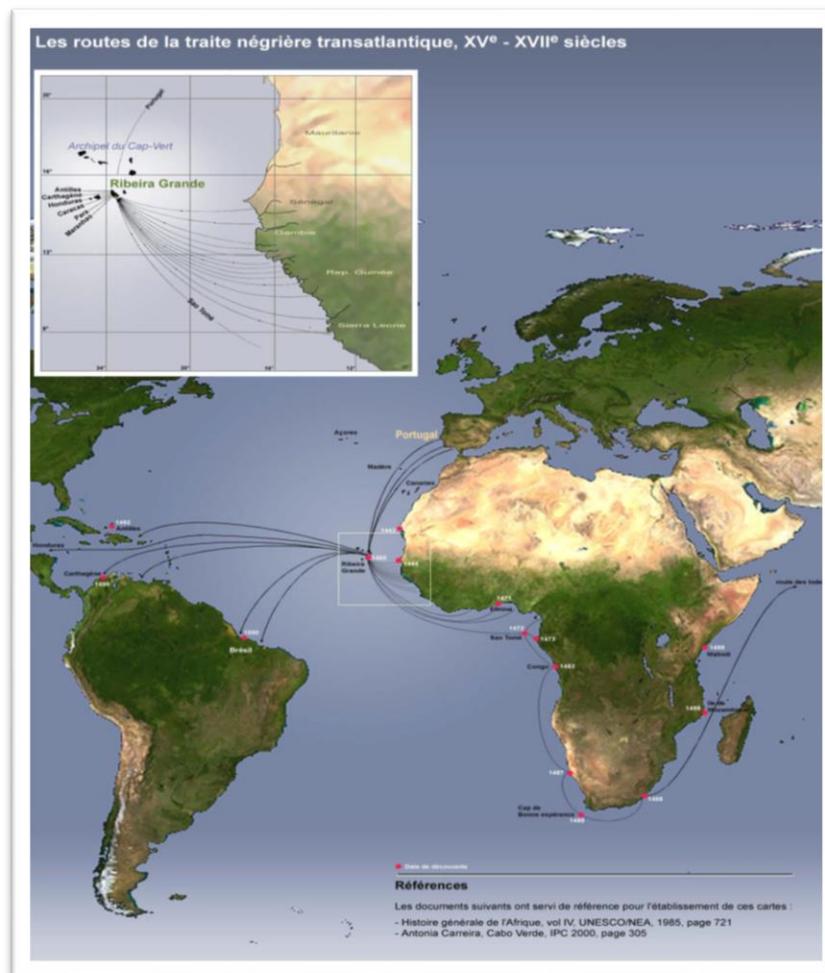
Considerando a restrição e as liberdades concedidas, por um lado, abriam-se portas para uma concorrência com a própria Coroa e, por outro, os moradores ultrapassaram o limite imposto, ao resgatarem na área arrendada à Fernão Gomes. De acordo com Pires (2007:31-32), de imediato houve a intervenção da Coroa na atenuação do problema com a outorgação de uma Carta Régia de limitação, no ano de 1472, que “actuou principalmente, no sentido contrário, limitando as atividades comerciais e potencializando a criação de pólos de produção, obrigando os habitantes da ilha a optarem por outro tipo de atividades, sendo a agro-pecuária a mais indicada”. Dessa forma, o documento de 1472 foi fundamental para o restabelecimento do processo de povoação das ilhas, pois garantiu a efetiva fixação do comércio na ilha e serviu de apoio na promoção dos recursos locais.

1.4 Cabo Verde e o Tráfico de Escravos

O sistema escravista contou com a participação das potências mundiais, provocou grandes deslocamentos de pessoas e causou, entre os africanos, a desestruturação de sociedades, grupos sociais e famílias. Porém, ainda que sob o mesmo sistema escravista, conectado com

outras partes do mundo e coordenado sob a mesma lógica, a escravidão em Cabo Verde possui, evidentemente, suas especificidades. De acordo com Souza (2007:62), “as formas pelas quais essa instituição foi expressa [variaram] de região à região e ao longo do tempo”. Cabo Verde emerge na história do Atlântico com grande valor geo-estratégico, devido ao seu posicionamento geográfico, que proporcionou rápido comércio com a costa africana. Por outro lado, não havia uma população nativa que dificultasse a fixação portuguesa, como se verificou na Guiné. Dessa maneira, por não possuir riquezas naturais significativas, funcionou como suporte nas redes de troca comerciais entre diferentes espaços.

Figura 4: O arquipélago de Cabo Verde: Rota do tráfico negroiro.



Fonte: Plano de Gestão, 2008-2012.

Para que o tráfico de escravos ocorresse e auferisse lucros à Coroa Portuguesa, era necessário a intervenção do poder central na fiscalização e recolha de tributos no comércio. Assim, foi estabelecida na ilha uma estrutura fiscal, que incluía as figuras dos almoxarifes e contadores. O primeiro cobrava impostos, controlava o comércio e prestava contas ao contador

– que coordenava e vigiava a descarga das mercadorias que saíam da ilha ou iam para outras paragens, ou seja, vistoriava os navios que chegavam e partiam no porto. Deve-se considerar que o espaço econômico do arquipélago foi definido por sua relação com o mercado internacional, ou, como colocou Hernandez (2002:35), dependia da “racionalidade imposta pela expansão do capital, [das] necessidades de acumulação em nível mundial e [da] divisão internacional do trabalho”.

Assim, nos períodos iniciais da colonização, toda a economia baseava-se precisamente na mão-de-obra escrava, onde o escravo não era apenas um instrumento de trabalho, mas representava a materialização de riqueza dos senhores. Em virtude disso, os reinóis recebiam as terras do capitão donatário e tinham o comprometimento de as administrarem, como já foi mencionado, com o emprego de mão-de-obra nas propriedades agrícolas, na lavoura, no pastoreio, no apanho do algodão, da tinta e da urzela e nas tarefas domésticas, sob a vigilância e controle do feitor – que impunha a disciplina no trabalho. Além da presença dos feitores, foram usados outros mecanismos⁴ para manter e controlar as forças de trabalho.

Para Santos *et al.* (2007:79), a escravatura em Cabo Verde é tida como “essencialmente doméstica, dado o relacionamento estreito e pessoal estabelecido entre o escravo e o respectivo senhor, mas há que distinguir entre o escravo rural e o escravo doméstico. Com este o senhor estabelece contatos bastante informais e pessoais”. Deste modo, alguns eram “privilegiados” em paralelo aos demais – embora esse “privilégio” seja bastante questionável. Qualquer atitude de rebeldia era motivo para mandá-los para o trabalho nas roças. Mas mesmo esses “rebeldes” conseguiam alcançar a alforria pelo bom comportamento. Assim “houve casos de senhores que tornavam forros seus escravos feitores, que exerciam postos de comando e gestão em suas propriedades. Nestes casos, a alforria funcionava como um prêmio pelo bom serviço, um exemplo a ser seguido” (RIBEIRO, s/d:7). A alforria acontecia através de duas modalidades: “mediante determinados encargos, em dinheiro, ou o cumprimento de certos encargos exigidos em testamento (servir temporariamente alguém ou mandar rezar missas por alma do seu senhor, por exemplo)” (SANTOS *et al.*, 2007:216). No entanto, muitos não conseguiam cumprir as exigências impostas pelos proprietários para a compra da sua liberdade.

Cabo Verde funcionou no tráfico de escravos como um suporte sólido para alcançar as outras regiões. Ali paravam navios de diferentes nacionalidades por dois principais motivos: primeiro, para adquirir panos que serviriam de moeda de troca comercial no contexto do tráfico

⁴ Que dizem respeito ao uso de “mecanismos persuasivos, dispositivos psicológicos, institucionais ou mesmo econômicos que visavam alcançar a adesão voluntária dos escravos ao processo sócio-laboral” (SANTOS *et al.*, 2007:230).

negreiro e, segundo, funcionava como centro de “ladinização”, recuperação e aprisionamento de escravos antes de serem transportados como mercadorias para outros destinos. O importante a reter é que o sistema da escravatura deixou sequelas nos três continentes participantes e ativos no tráfico de escravos:

Na América, cujo potencial econômico foi explorado graças a gerações de africanos importados; na Europa, que orquestrou e beneficiou com o sistema; e, obviamente, em África, que sofreu uma perda colossal de população, além da violência e do caos que o processo implicava e de que resultaram danos incalculáveis e profundos. Mas a escravatura do Atlântico teve consequências ainda mais profundas do que esta breve frase é capaz de indiciar, pois foi também o principal factor de mudança do Ocidente. Foi graças à escravatura que esta parte do mundo atingiu uma posição de poder político e econômico ímpar (WALVIN, 2008:9-10).

O papel da Arqueologia em descortinar o cenário da escravidão cabo-verdiana, bem como em esclarecer a história dos seres humanos africanos ali escravizados, é de fundamental importância, visto que a cultura material por eles feita, usada e descartada, foi, muitas vezes, o único registro histórico que deixaram para a posteridade. Os materiais usados na vida cotidiana desses grupos indicam as formas pelas quais construíram um novo modo de vida naquela nova terra. O fato é que da África e, mais especificamente de Cabo Verde, saíram corpos (e não só braços) de pessoas escravizadas, para diversos continentes, nos quais as marcas africanas foram deixadas na cultura e na materialidade.

2 BREVE HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA EM CABO VERDE

2.1 Conceituação

Enquanto uma área de saber, Arqueologia é definida como “uma ciência social que visa, a partir da análise das materialidades que nos rodeiam, contribuir para o conhecimento da história da nossa espécie” (JORGE, 2007:11). A mesma possui objetivos e procedimentos próprios na compreensão das sociedades passadas e presente, com base nos vestígios materiais deixados pelos seres humanos. Diversas perspectivas teóricas e interpretativas contribuíram na trajetória da Arqueologia, enquanto uma disciplina autônoma na produção do conhecimento, entre os quais três períodos são destacados: Histórico-culturalismo; Nova Arqueologia (Arqueologia Processualista) e Arqueologia Pós-processualista. O primeiro período é caracterizado pela recolha de artefatos, descrição do mesmo e classificação em tipologias, isto é, o objetivo não era compreender o contexto em que objetos estavam inseridos, mas sim apenas coletar, descrever e classificar. Por exemplo: “Uma ponta de flecha, seria descrita pelas suas características físicas (material usado para confecção, técnica de manufatura, forma, etc.) e serviria para identificar uma cultura, ou seja, uma espécie de marca registrada” (NAJJAR, 2005:15).

A partir da década de 60, começaram a surgir questionamentos acerca da eficácia do método de classificação tipológica, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Segundo Lima (2011:13), “na Inglaterra, Gordon Childe argumentava que não bastava descrever e classificar os objetos, sendo necessário averiguar onde eles foram feitos, quem os fez, como e porquê”. A partir daí surgiu uma nova vertente do pensamento arqueológico, a Nova Arqueologia, que visava explicar os processos culturais dos grupos sociais, isto é, as formas como as culturas mudavam no tempo e no espaço e os fatores que coduziam àquelas mudanças. “Aquele mesma ponta de flecha serviria apenas para indicar-lhe atributos físicos. Estes dados seriam usados para pesquisar, por exemplo, a procedência da matéria-prima; as estratégias para obtê-la; as razões para sua seleção; a recorrência de peças semelhantes (variações)” (NAJJAR, 2005:15) e a sua própria contextualização no ambiente.

A partir da década de 80, surgiram questionamentos sobre o estudo da cultura material, a qual faz parte do terceiro período, a Arqueologia Pós-processualista, no sentido de que os artefatos móveis inseridos no espaço não são apenas o resultado de adaptação ao ambiente, mas também são elementos simbólicos com múltiplos significados, que revelam muito sobre a ideologia, as relações e as práticas sociais. Nesse contexto, a mesma ponta de flecha teria sua

importância como “mediadora de relações, ou seja, o indivíduo que possui uma ponta como essa (feita desta ou daquela forma) tem status de caçador e por isso se diferencia de outros que não a possuem. A ponta, reflete a atividade da caça e confere status ao dono” (NAJJAR, 2005:16). Portanto, a consolidação da arqueologia como uma disciplina foi devido ao apoio das perspectivas teóricas e interpretativas surgidas das vertentes do pensamento arqueológico.

Nos dias atuais, a Arqueologia é um mundo com dezenas de especialidades: Arqueologia Pré-histórica, Histórica, Subaquática, Ambiental, Geoarqueologia, Etnoarqueologia, dentre outras multiplicidades. No caso de Cabo Verde, ainda não é estabelecida como uma área autônoma de saber, dado que está vinculada nas Universidades ao curso de História, onde aparece apenas uma disciplina. Nesse sentido, parece emergiu como uma disciplina auxiliar da História, o que compromete a validação da profissão de arqueólogo. Apesar de terem sido realizadas algumas intervenções e escavações arqueológicas em Cabo Verde, ainda é um campo pouco conhecido e divulgado. De acordo com Évora (2015:20): “parece existir uma tendência para considerar o salvamento de objetos em si como uma finalidade do trabalho do arqueólogo, imagem apoiada, em parte, pela incapacidade deste em demonstrar que faz história, não para um grupo pequeno, mas sim para a sociedade”.

2.2 As Pesquisas Arqueológicas Realizadas nas Ilhas

As pesquisas arqueológicas iniciaram-se no ano de 1989, na ilha de Santiago, mais precisamente na Cidade Velha. Estas foram conduzidas pelo arqueólogo português Clementino Amaro, a serviço do então Instituto Português do Patrimônio Cultural e arqueólogos cabo-verdianos: Verónica Freire e Carlos de Carvalho. Estes dirigiram as escavações nas ruínas da Sé Catedral e também realizaram o levantamento do patrimônio arqueológico presente na Cidade Velha.

Os materiais ali encontrados totalizaram em 11.500 peças fragmentadas. São ossos, moedas, peças de ferro, cobre, porcelana chinesa em quantidade muito pequena, grande quantidade de azulejos, cachimbos, cerâmica comum da costa da Guiné, faiança portuguesa, entre outros objetos (AMARO, 1990:86; FREIRE, 1993:69). Isso demonstra, segundo refere Guimarães (2001, p. 134), a diversidade de estilos, épocas, e relações socioculturais que se estabeleceram na antiga Ribeira Grande de Santiago. Os enterramentos encontrados no interior da Igreja da Sé compeliu para uma intervenção muito cuidadosa e morosa, segundo afirma Freire (1993:6). Desta maneira, ressaltamos que as intervenções ajudaram na evidência e recuperação dos túmulos e cultura material no conhecimento maior do monumento. Para mais,

ajudaram na restauração arquitetônica do mesmo. Posteriormente, no ano de 1999, foram realizadas escavações na Fortaleza de São Filipe, pelos arqueólogos espanhóis Jorge Ares e Yasmina Cáceres, com a colaboração da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID). O propósito das escavações era fornecer informações para ajudar na reabilitação da parte interior do monumento. Nele foi encontrada uma grande diversidade de materiais arqueológicos – cerâmicas, louças, vidros, etc. No mesmo ano foi dada continuidade às escavações na Sé Catedral, pela arqueóloga portuguesa Ana Dias (Cf. ÉVORA, 2015; FERNANDES, s/d).

Da cultura material encontrada, destacam-se grande quantidade de cerâmicas fragmentadas, com maior destaque as de Guiné, cujas características são de,

[...] massa escura, negra ou castanha e cozedura oxidante, com bastante desengordurados mineral [...] e com decoração de impressão de conchas marinhas, incisões, ou simples espatulados na superfície de peça (JUAN ARES; CÁCERES YASMINA, 2000:155).

Os fragmentos de louças e azulejos foram definidos como originários de Portugal e Sevilha datadas do século XVI. Foram encontrados também vidros pertencentes a garrafas e copos, metais, dez balas de canhão e quarenta e três de chumbo, três moedas cunhadas, muitos fragmentos de telhas e mármore, vinte e seis fragmentos de porcelana chinesa. Esses materiais demonstraram que as relações comerciais entre Cabo Verde e o oriente eram frequentes, na altura em que o arquipélago ocupava um dos vértices do tráfico transatlântico (JUAN ARES; CÁCERES YASMINA, 2000:155-157; ÉVORA, 2002:5).

Segundo os arqueólogos, para além dos materiais estrangeiros, algumas cerâmicas encontradas durante as escavações podem ter sido produzidos na própria ilha. Os diversos tipos e procedências dos materiais devem-se pelo facto, das ilhas do arquipélago ter sido ponto de passagem de navios que faziam comércio entre Europa, costa do continente Africano e América. Logo, alguns estudos dos objetos arqueológicos tiveram como parte de reflexão, dentro desse contexto (JUAN ARES; CÁCERES YASMINA, 2000:149).

Figura 5: Os achados arqueológicos.



Fonte: FERNANDES, s/d.

Nos anos de 2002 e 2005 foram realizadas escavações arqueológicas na Fortaleza de São Filipe, Convento de São Francisco, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Colégio dos Jesuítas, Igreja/Hospital de misericórdia e evidenciação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em cooperação com a Universidade de Cambridge (Inglaterra), Universidade de Jean Piaget (UNUPIAGET), sob a coordenação do Instituto da Investigação e do Patrimônio Cultural (IIPC).

No sítio I foram abertas sete trincheiras, com profundidade e largura diferentes, na qual foram encontradas um número substancial dos artefatos. Destacam-se os azulejos decorados, moedas (origem portuguesa), vidros, algumas peças de porcelana chinesa, faiança portuguesa, uma pequena quantidade de conchas, possivelmente levadas para o local juntamente com as pedras para construções obtidas à beira mar, cerâmicas africanas originárias da costa oeste e na região central da África e outros possivelmente produzidos na ilha. Foram encontrados vestígios de vários enterramentos humano no interior da igreja, inclusive duas lápides (EVANS; STIG SORENSEN, 2007:13-14).

Os dentes constituem a maior quantidade de materiais encontrados, num total de 670 em bom estado de preservação, ao contrário de ossos na qual a maioria se encontrava muito fragmentadas. Supõe-se que a áreas de enterramentos antecede ao das estruturas do pavimento inicial da igreja (EVANS; STIG SORENSEN, 2006:12-19).

Figura 6: Os achados da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: MOREIRA, 2015.

Um das descobertas mais importantes durante a escavação na referida igreja foi de vestígios de uma capela construída na parte norte da igreja, datada do século XV (EVANS; STIG SORENSEN, 2006:12). A capela teria sido mandada construída entre 1466 a 1470 como afirmam Daniel Pereira (2009:64) e Senna Barcellos (2003, p. 39) e serviria como oratório aos primeiros colonos (RICHTER, 2011, p. 4,11). Com as intervenções arqueológicas, ficaram visíveis todas as estruturas originais da igreja (**Figura 6**), aproximadamente 9.00m de largura e 18.00m de comprimento (RICHTER, 2011).

Outros pontos de interesse arqueológico foram palcos das escavações na região. São os casos da casa de Rosalinda (sítio IV) cujo interesse pela intervenção no local é investigar o pavimento mais antigo de uma das casas caracteristicamente mais antiga da cidade (EVANS; STIG SORENSEN, 2007:35); a Fortaleza Real de São Filipe (sítio VI) cujas cerâmicas encontradas indicam que elas foram usadas para auxiliar na construção das estruturas das paredes, e o edifício da Companhia do Grão-Pará e Maranhão (sítio VIII), resultando poucos cacos de cerâmicas e evidências de estruturas antigas da própria construção do edifício.

Recentemente, em 2009, Evans e Sorensen realizaram novas pesquisas arqueológicas, mais precisamente na Rua do Calhau, na qual foram encontradas estruturas antigas, feições e uma grande quantidade de artefatos. Por conseguinte, essas pesquisas ajudaram na compreensão do início da ocupação e no desenvolvimento da Cidade Velha, e mostraram a potencialidade arqueológica na descoberta das diferentes ocupações e organização do espaço, que ocorreram

ao longo dos tempos (EVANS e SORENSEN, 2009-2010:4). É importante sublinhar que “estamos perante uma cidade que guarda hoje as marcas da história. História de diferentes civilizações que por ela cruzaram, deixaram vestígios que só desempenham as suas reais funções caso forem estudados e divulgados” (ÉVORA, 2015:39).

Figura 7: Representação parcial de assentamento e feição.



Fonte: EVANS e SORENSEN, 2009-2010.

Figura 8: Representação parcial das estruturas antigas.



Fonte: EVANS e SORENSEN, 2009-2010.

Figura 9: Representação parcial de assentamento e feição



Fonte: EVANS e SORENSEN, 2009-2010.

Os resultados obtidos através dos procedimentos arqueológicos demonstraram a importância dos estudos arqueológicos em Cabo Verde, dado que contribuem para a compreensão dos legados vivenciais e culturais deixados pelos seres humanos. Além disso, auxilia a restauração e valorização do patrimônio histórico e sítio arqueológico. Atualmente, os vestígios materiais que compõem o patrimônio arqueológico da Cidade Velha correm sérios riscos, inclusive a sua destruição, num contexto em que a população local não as vê como uma prioridade ao que se refere às outras situações sociais prioritárias decorrentes no dia-a-dia. A título de exemplo, destacamos a criação de animais, prática de agricultura dentro de sítios arqueológicos e construções de casas em cima de estruturas antigas.

Além das pesquisas arqueológicas realizadas na ilha de Santiago, também foram realizadas outras na ilha de São Vicente, em específico na Baía de Salamansa. O estudo arqueológico nessa Baía, realizada em 1993 por Francisco Reiner e Antônio Guerreiro, surgiu pela existência de uma pequena elevação na orla litoral da ilha de São Vicente, com “grande quantidade de conchas, ossos e animais porções de carapaças e de plastrões de tartaruga que, somados a fragmentos muito grosseiros de cerâmicas manuais, configuravam a existência de um concheiro de interesse arqueológico” (CARDOSO *et al.*, 2002:221). O objetivo era esclarecer a época da ocupação humana na ilha a partir do estudo da fauna dos moluscos ali presentes, no âmbito da Missão de Armadão I, associados ao Centro Português de Atividades Subaquáticas (CPAS), em cooperação com o Governo de Cabo Verde representado pelo Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural.

Figura 11: A ilha de São Vicente – Baía de Salamansa.

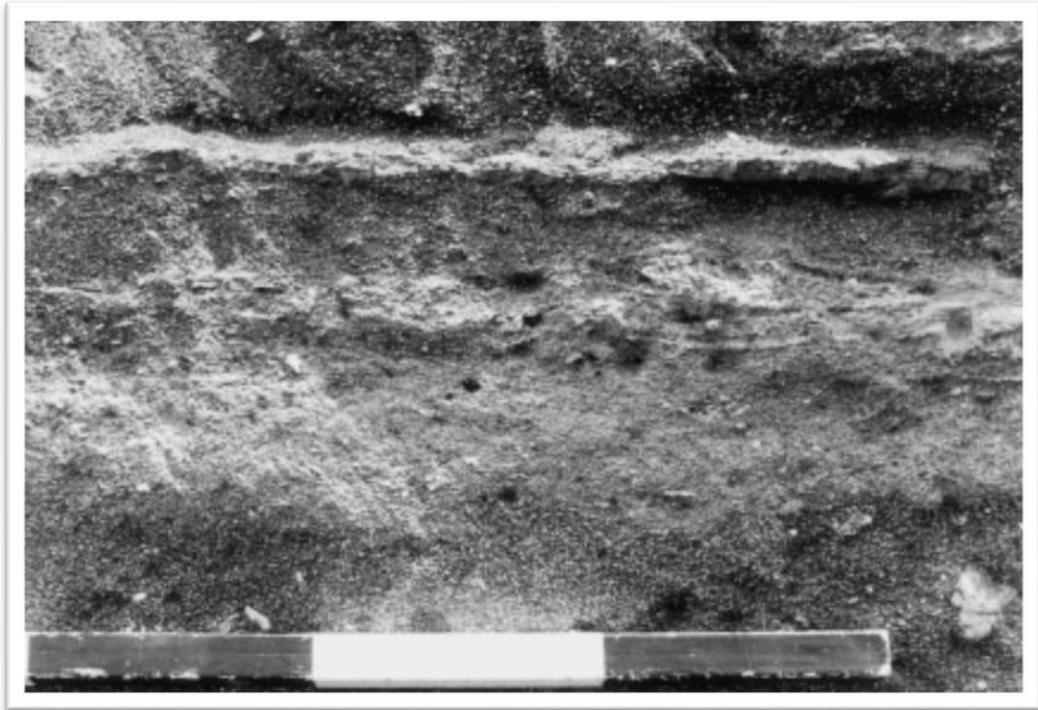


Fonte: CARDOSO e SOARES, 2010.

Durante os procedimentos arqueológicos, foram encontrados grande quantidade de espólios arqueológicos, que testemunham e dizem muito sobre a ocupação humana, durante o século XVII. Como “a existência de diversos pisos de barro cosido, de espessura centimétrica a milimétrica, evidenciados pela coloração castanho-alaranjada que adquiriram devido ao calor”; em relação às espécies, constataram que “a mais abundante é a *Patella lugubris*, representada por grandes exemplares inteiros concentrados na parte superior da sequência estratigráfica”. Também foram encontrados “numerosos fragmentos cerâmicos, quase todos

lisos e feitos manualmente ou ao torno lento, correspondendo a potes ou a taças fundas, de bom acabamento” (Cf. CARDOSO *et al.*, 2002:222-223) e outros artefatos.

Figura 12: Pormenor de piso de cabana.



Fonte: CARDOSO, *et al.*, 2002.

Os trabalhos arqueológicos na ilha prosseguiram, no ano de 2005, sob a cooperação de CPAS e o Governo de Cabo Verde, o qual teve a participação da arqueóloga portuguesa Dr. Alexandra Gradim e o desenhador de arqueologia Bernardo Ferreira. Também houve a participação de arqueólogos, antropólogos e técnicos cabo-verdianos. O objetivo era o de evidenciar, recuperar e preservar os materiais que testemunham sobre a presença humana na ilha de São Vicente, no qual foram encontrados numerosos materiais arqueológicos recolhidos, tanto à superfície como no decurso do aprofundamento da escavação.

De fato, as escavações arqueológicas na baía de Salamansa, localizadas na parte setentrional da Ilha de São Vicente, mostraram que a hipótese inicial do sítio “corresponder a um testemunho da ocupação da ilha em época anterior à chegada dos portugueses” foi descartada, pois se trata de um sítio cuja unidade habitacional possui clara inspiração europeia. Os materiais encontrados também endossam essa perspectiva. Cachimbos de caulim, vidros, faianças portuguesas e projéteis de armas de fogo, foram encontrados em um quadro dominado pelas produções cerâmicas africanas (CARDOSO e SOARES, 2010:167).

Figura 13: Pesquisas arqueológicas na Baía de Salamansa.



Fonte: FERNANDES, s/d.

Figura 14: Representação de um achado arqueológico.



Fonte: CARDOSO e SOARES, 2010.

“Os artefatos arqueológicos, se forem adequadamente interpretados, podem fornecer tantas ou mais informações sobre a vida da sua época como uma crónica escrita” (ÉVORA, 2015:36). Através do estudo da cultura material deixada pelos indivíduos, procura-se reconhecer e compreender os traços de uma vivência passada e isso, possibilita um melhor conhecimento sobre quem os produziu. Nesse caso, consideramos importante direcionar as análises para outras linhas arqueológicas, como arqueologia da paisagem, subaquática, expansão, industrial, entre outras. Possibilitam ampliação do conhecimento acerca do processo histórico das ilhas de Cabo Verde, bem como no restauro e valorização do patrimônio histórico e sítio arqueológico.

O estudo da paisagem contribui para a compreensão dos elementos simbólicos inseridos na construção do mundo social, uma vez que a paisagem atua como um palco onde se desenvolve o dinamismo entre a natureza e os seres humanos, pois, sublinhamos que esse estudo apresenta o potencial para as análises arqueológicas em Cabo Verde. O potencial da arqueologia subaquática já foi explorado e resultou em um “estudo científico de grande fôlego, *Cabo Verde nas rotas dos Naufrágios*” (ÉVORA, 2015:23). Mas, sabe-se que Cabo Verde serviu como entreposto comercial e durante as transações comerciais, muitos navios se naufragaram no mar das ilhas, para tal, é de extrema importância colocar em pauta o estudo desses naufrágios, porque ainda existe um certo vazio de informação sobre estes.

Uma outra Arqueologia que pode ser explorada é a da expansão, pois possibilita a compreensão dos recursos tecnológicos utilizados pelos portugueses na ocupação e exploração do território, como os objetos e produtos usados no comércio transatlântico. Também é possível explorar a potencialidade da arqueologia industrial, na qual permite compreender as formas de exploração salineira (ilha do Sal) e criação de depósito de carvão, para abastecimento de navios nas rotas comerciais (ilha de São Vicente- Mindelo).

Um olhar para cada uma das ilhas permite abranger sobre as suas especificidades e seu patrimônio cultural e arqueológico. Segundo Évora (2015:32), o patrimônio arqueológico cabo-verdiano “constitui uma das parcelas fundamentais do patrimônio cultural de Cabo Verde, para cuja realidade deve-se sensibilizar toda a gente mas, de uma forma especial, as camadas estudantis sobretudo, agora que o ensino superior ganha novos contornos em Cabo Verde”.

3 CIDADE VELHA: PASSADO E PRESENTE DE UMA CIDADE CABO-VERDIANA

3.1 Localização e Implantação urbana

A construção da cidade portuguesa tinha sempre em atenção uma cuidadosa escolha de localização, e de sítio. Se a escolha de localização dependia essencialmente das funções que a cidade devia exercer – funções comerciais, portuárias, administrativas, etc. - a escolha do sítio específico para a sua implantação tinha em atenção as condições topográficas e ambientais (TEIXEIRA, 2009:2).

Cidade Velha⁵ é o primeiro estabelecimento humano no arquipélago de Cabo Verde. O local escolhido para o primeiro assentamento foi efetivamente um vale profundo e Verdejante que era rasgado por duas ribeiras que desaguavam no mar, formando uma enseada, com boas condições para a instalação de um porto que facilitasse as ligações com o exterior. Dado que “os primeiros núcleos urbanos construídos pelos portugueses na sua expansão ultramarina, [localizavam-se junto ao mar], com abundância de água, protegidas nos extremos por promontórios ou ilhas que asseguravam a defesa da baía e da cidade” (TEIXEIRA, 2012:8). Esses critérios considerados na criação de espaços notáveis constituem o cuidado racional do colonizador, no sentido que “a transformação do espaço «natural» em espaço produtivo é o resultado de uma série de decisões e escolhas, historicamente determinadas. Cada porção do espaço é apropriada, reutilizada ou deixada intata” (SANTOS, 1979:32).

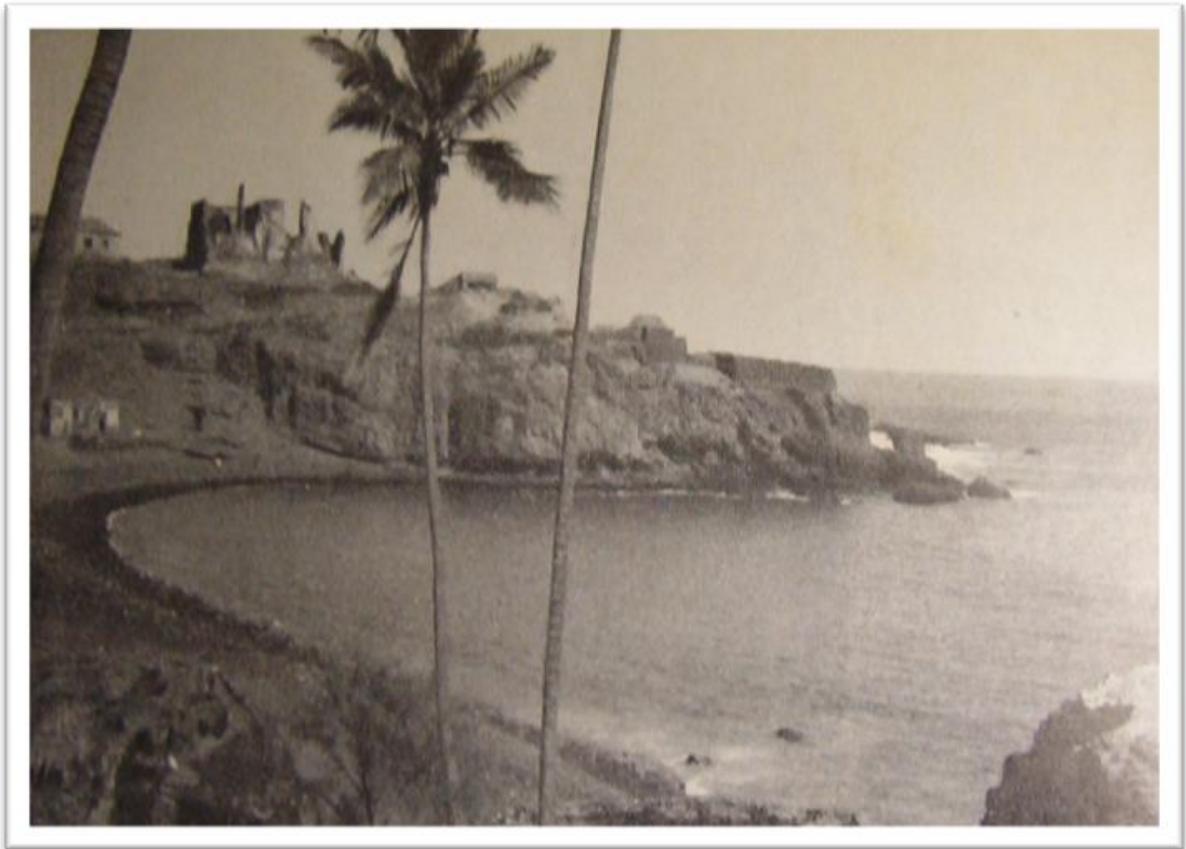
Nessa percepção, três componentes básicos pesaram na implantação do primeiro povoado: o Porto, a Ribeira e a Achada. Por meio do primeiro componente conseguia-se estabelecer relações comerciais e conexões com outros portos; o segundo garantia o acesso à água potável e à terra fértil; e, o terceiro, limitava o espaço e assegurava a defesa. Também o navegante Cadamosto, quando pôs os pés na ilha, no século XV, teve essa mesma percepção:

Correndo a esteira de uma delas, que me parecia abundante de árvores, descobrimos a boca de um rio que saía desta ilha; e, julgando que a água fosse boa, surgimos para refrescar; e desembarcados alguns dos meus em terra, foram até ao cabo deste rio, pela margem acima; e acharam alguns uns bocados de sal muito banco e excelente, do qual nos trouxeram ao navio; encontraram igualmente tartarugas em grande quantidade, algumas com uma concha maior do que uma boa adarga, que mataram para comer [...], também pescaram na boca do rio, havendo entre o pescado um peixe que nunca tinham visto (SANTOS *et al.*, 2007:35)

⁵ Situa-se na parte sul da ilha de Santiago e na foz dum vale profundo e escarpado, talhado no planalto vulcânico da costa sul da ilha de Santiago, a 12 km da Praia capital, com as coordenadas UTM 14° 54' N e 23° 36' O (BRITO, 2012:62).

Pouco após a sua fundação (1462), tornou-se um dos primeiros portos de escala obrigatória nas rotas atlânticas que a história registou e que permitiu a extensão colonial em direcção à África, América e Índias. A cidade funcionou como um centro de experimentação de plantas, animais e homens, bem como dos “meios e [d]a forma de ordenação e controlo de um espaço longínquo, recém-povoado e de um porto comercial intercontinental devidamente equipado e funcional” (SANTOS e CABRAL, s/d:3). Assim, o desenvolvimento da cidade emergiu intimamente ligado ao seu porto, do qual provinham os recursos à sobrevivência dos seus habitantes, e o seu progresso político, económico e social.

Figura 15: Localização do antigo Porto da Cidade Velha na década de 1930.



Fonte: MOREIRA, 2015.

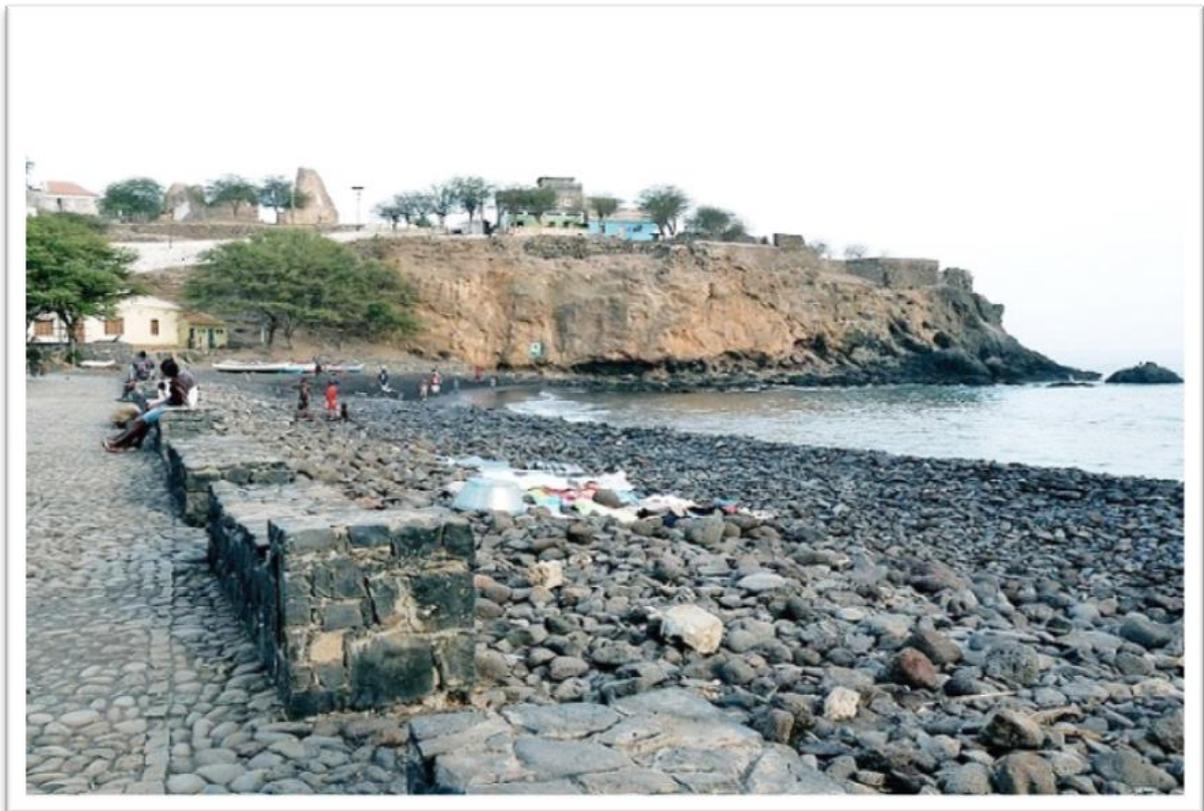
“A Cidade Velha foi construída delineando os factores de ordem natural geográfico, nomeadamente o relevo. O seu aglomerado dependia também da proximidade do mar, do clima, e mesmo da ribeira que desaguava no Atlântico, que de início tinha sempre água corrente” (PAVLIUC, 2013:19). A partir do porto, surgiram os primeiros edifícios como armazéns alfandegários, e mais tarde o Largo do Pelourinho. Em pontos altos e estratégicos instalaram-

se fortes e baluartes (baluartes de S. Veríssimo e de S. Brás) com vista privilegiada para a cidade, as montanhas, porto, e o mar, empregando postos de vigia para a defesa destes.

A cidade de origem portuguesa, para além da sua componente geométrica, era uma cidade adaptada às condições físicas dos seus locais de implantação, à topografia, à hidrografia e às condições ambientais. A cidade era hierarquizada e facilmente legível, os caminhos eram fáceis de percorrer e a sua adaptação ao sítio, às condições físicas e ao clima e a sua não-sujeição a rígidos princípios geométricos tornavam-na – no vocabulário de hoje – uma cidade eminentemente sustentável. Esta mesma sustentabilidade fez com que a cidade de origem portuguesa fosse uma cidade maleável e adaptável às diferentes circunstâncias a que teve de responder ao longo do tempo (TEXEIRA, 2009:12).

Assim, nasceu um pólo de atracção constituído por uma população virada para o comércio com o exterior com o seu porto assaz animado. O fenómeno amplificou-se com a interdição aos estrangeiros de comerciar com a Guiné o que contribui para aumentar os movimentos dos navios em direcção a Cabo Verde que vai se reservar a exclusividade comercial do tráfico. Cidade Velha, tornou-se berço da colonização nos trópicos, facto que veio a conferir-lhe um papel primordial no desenvolvimento do comércio e na atracção dos homens de negócio ricos.

Figura 15: Vista parcial do Porto da Cidade Velha.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2013.

3.2 As Fases da Expansão

“Nos séculos XV e XVII, a cidade dividia-se em três grandes áreas ou bairros: Figueira de Portugal, a zona mais antiga, prologando-se ao longo do vale do S. Pedro; S. Brás a NW; S. Sebastião /Sé a Leste” (PEREIRA, 2004:XVII). Por conseguinte, a expansão da cidade ocorreu em diferentes momentos e direcionamentos, porém, pela inexistência de documentação histórica, os momentos precisos da expansão da cidade são dificilmente datáveis. O primeiro momento nasceu na zona portuária, em seguida encaminhou-se em direção às nascentes da ribeira e, por último, expandiu-se para ambos os lados da ribeira (direita e esquerda).

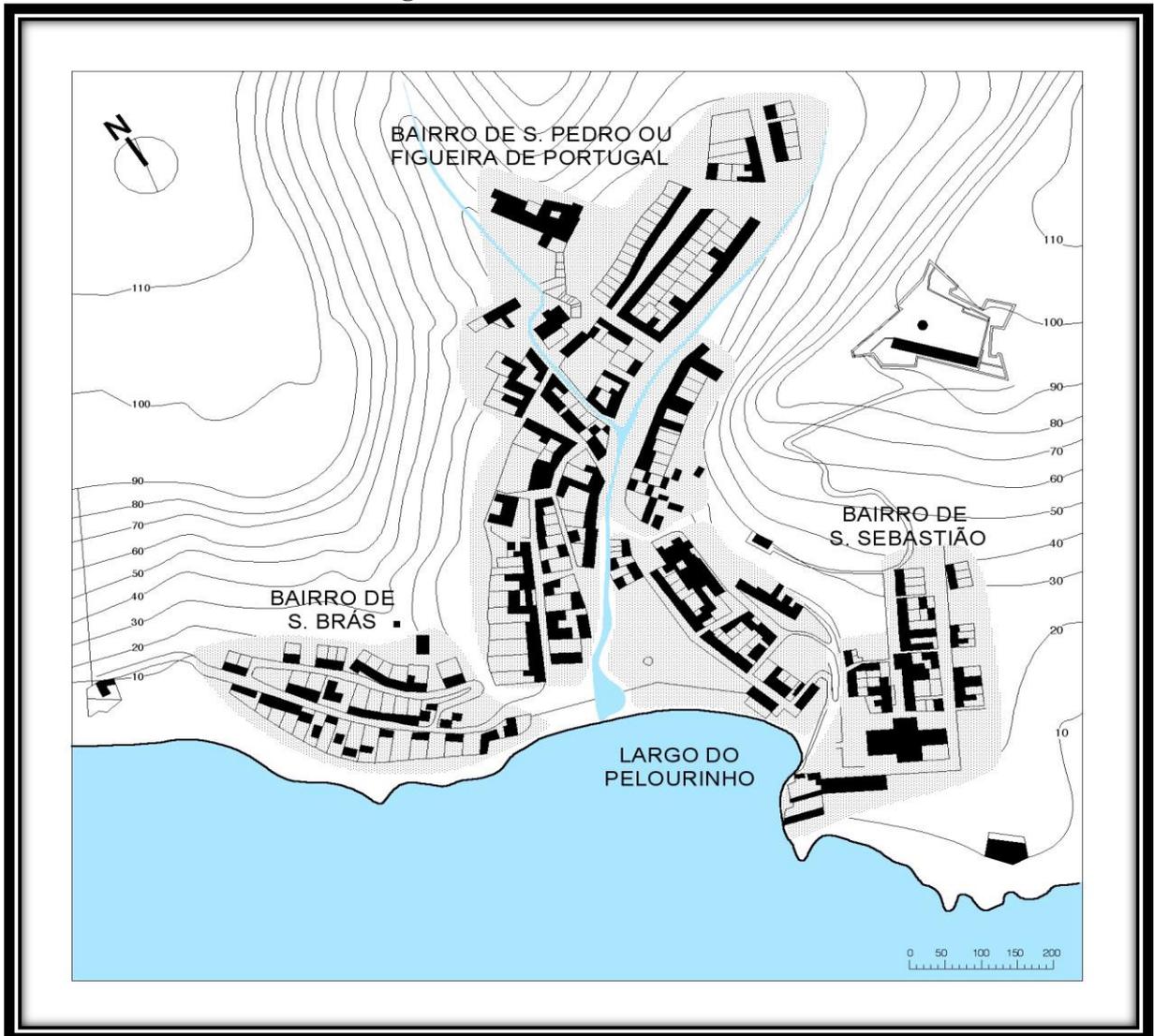
A primeira zona a se estruturar foi o “Largo do Pelourinho (1462), considerado a gênese do espaço urbano. Era a zona essencialmente comercial, que nasceu e se sustentava das atividades portuárias” (PIRES, 2007:113). Dele surgiram as primeiras ruas e essas tinham nomes descritivos como a de Calhau, Porto e Misericórdia e eram atravessadas pelos becos da Ilha, da Confraria e Misericórdia. Na mesma zona nasceram as primeiras edificações urbanas que pertenciam aos comerciantes que ali se instalaram, alguns dos quais tinham lojas e armazéns no rés-do-chão das suas casas.

Ainda na margem direita da ribeira estruturou-se uma nova zona, conhecida pelo bairro de S. Pedro ou Figueira de Portugal. Posteriormente, a cidade expandiu-se para o lado esquerdo da ribeira e consolidou-se “ao longo dos séculos XVI e XVII. As primeiras edificações são datadas dos finais do século XV (1495), no caso a capela da Nossa Senhora do Rosário, hoje transformada em igreja” (PIRES, 2007: 113). Com a sua formação, nascem as primeiras ruas da Banana e Carreira, onde se situavam “os sobrados mais opulentos, dos vizinhos e oficiais régios” (SANTOS *et al.*, 2007: 210). Na sequência, foram instalados o Seminário dos Jesuítas e o Convento de São Francisco e com eles nasceram as ruas da Horta Velha e rua dos conventos, isto é, os nomes são descritivos, como já foi mencionado. Sendo assim, o bairro é a continuidade das antigas edificações estabelecidas no Largo do Pelourinho, que, ao longo dos séculos, alargou para o lado esquerdo da ribeira.

Nos dias de hoje, no lado direito da ribeira, já não existem mais as edificações, em razão das inundações que levaram. Apenas restam as que estão do lado esquerdo. As últimas zonas a se conformar foram os bairros de S. Brás e de São Sebastião. O primeiro situa-se na zona alta do rochedo na parte direita da cidade, que se divide em duas partes, norte e sul. Pouco se sabe sobre a data da sua formação, porém se aduz dos finais do século XVI e início do século XVII. Na opinião de Pires (2007:115), as informações de que dispomos é que foi residência dos

Jesuítas (1604) que o compraram e urbanizaram. O segundo formou-se em torno da Sé Catedral e do Palácio Episcopal (1556 e 1558), “situa-se no alto a leste da baía. Acima dele, foi erguida, por volta de 1593, a Fortaleza de São Filipe, residência dos governadores” (SANTOS *et al.*, 2007:210). Deste modo, na época atual, os bairros continuam a crescer e algumas das edificações estão em estado de conservação, porém as outras encontram-se a céu aberto.

Figura 17: Os bairros da cidade.



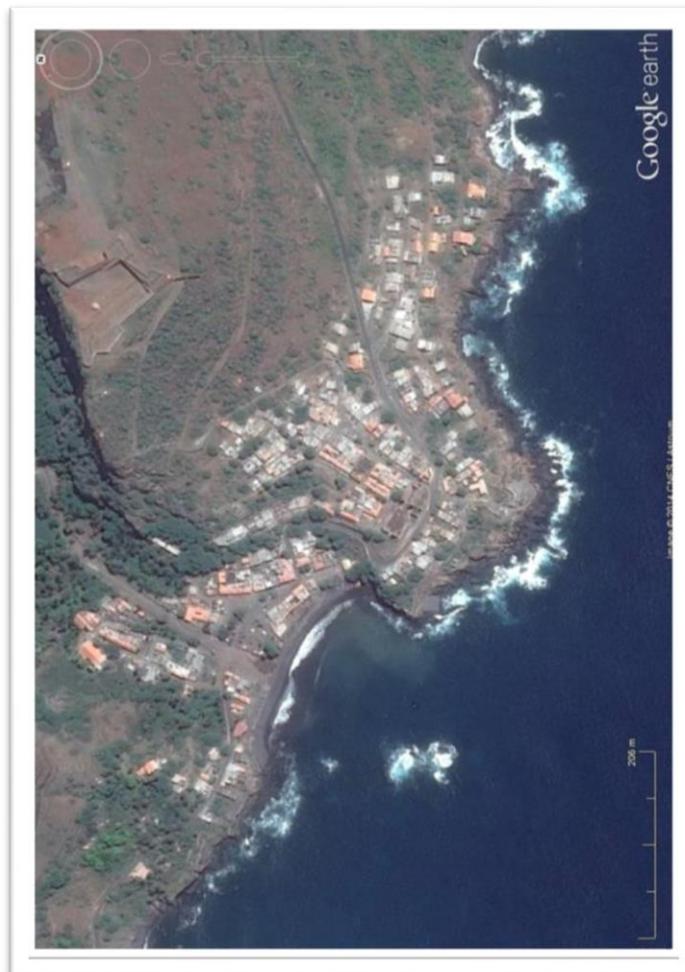
Fonte: PIRES, 2007.

Além dos bairros acima supracitados formaram-se outras áreas, conhecidas como “bairros periféricos que acolhiam os miseráveis brancos e «pretos livres», forros e marinheiros desempregados. Um destes bairros era Aldeia dos Sapes onde, em 1626 se agasalhava a metade da gente pobre desta cidade” (Santos *et al.*, 2007:210; Santos, 1995 *apud* Semedo, 2010:47).

de hoje. Por outro lado, a cidade foi construída para desempenhar as funções administrativas, comerciais e portuárias, fazendo dela um espaço com caráter elevadamente sustentável, no sentido de que era adaptável e maleável a qualquer circunstância. Deste modo, sublinhamos que a cidade desenvolveu-se em duas zonas, a baixa e alta:

Na zona baixa os elementos estruturadores [...] são determinados por circunstâncias geográfica, – a Costa, o Vale, A Ribeira, etc. – e a cidade parece ter-se moldado a essas determinantes, na zona alta acontece que os dois elementos estruturadores pouco ou nada dependem de circunstâncias do terreno, mas sim, parecem terem resultado da intervenção humana no sítio. A zona baixa é mais orgânica, mais adaptada ao relevo local e mais dependente dos determinantes geográficos, o que não acontece na zona alta, que apresenta um tecido urbano mais regular, de fácil leitura e mais geométrico (PIRES, 2007:100).

Figura 19: Imagem de Satélite das áreas da cidade.



Fonte: GOOGLE, 2015.

Dos bairros conformados, verifica-se que a área do Pelourinho é o elemento gerador de todo o crescimento e expansão do espaço urbano, pois a partir dele e com o aumento da população, criaram-se novos bairros.

Os bairros são elementos básicos da imagem da cidade, áreas de organização do espaço, por hierarquias sócias e econômicos, comerciais e serviços. Por vezes podem

servir de referência para orientação dentro da cidade. O bairro cria microcidades organizadas no seu interior através de ruas e travessas, que na Cidade Velha são as chamadas artérias e becos. É de salientar que cada bairro distingue-se do outro, tanto pela geografia local, como pela sua principal actividade e respectivos habitantes, pela textura, espaço e forma, tipo de edifício e seu estado de conservação (PAVLIUC, 2013:41).

A partir do momento em que a sociedade crescia, principiou a preocupação pelas adaptações das condições ambientais que obedecessem aos princípios geométricos, isto é, a adaptação do modelo idealizado à topografia ou às construções pré-existentes (TEIXEIRA, 2009:4-8). Dessa maneira, na cidade são perceptíveis as ruas paralelas e perpendiculares, a regularidade de alguns quarteirões e ajustes ao terreno. Conforme Pires (2007:122), “essas situações não aparecem por acaso, já vêm da prática de intervenções urbanas em zonas da cidade em que a preocupação do alinhamento na abertura e estruturação dos arruamentos estava sempre presente”. Neste sentido, as ruas paralelas e perpendiculares são encontradas no bairro de S. Pedro (rua Carreira e da Banana), já no Largo do pelourinho depara-se com a perpendicularidade das ruas da Misericórdia, Calhau e Porto.

De acordo com Leone e Hurry (1998:41), “as ruas serviram para orientar os moradores e visitantes por meio da cidade, de tal maneira que os monumentos nas vistas pareciam estar conectados visualmente”. Na opinião de Teixeira (2009:8), “era comum a deliberada torção das ruas para seguir a topografia do terreno ou para as orientar para algum edifício notável”. Nesse caso, é coerente afirmar que a rua era o elemento regulador da estrutura urbana da cidade. Por fim, a expansão da cidade aconteceu em várias fases, pois em cada uma delas foi necessária a adaptação dos princípios geométricos às barreiras físicas do terreno, o que leva a pensar que na Cidade Velha, por um lado, foi aplicado o plano de uma cidade contida e, por outro, preocupava-se em preencher todas as áreas disponíveis.

3.3 As Estruturas Remanescentes e sua Implantação

As estruturas presentes na Cidade Velha testemunham um conjunto de materializações concretas da ideologia do colonizador e consequente organização da paisagem. Estas são de cunho religioso, militar e civil. Igualmente representam os sinais que perpetuam os legados vivenciais e culturais daqueles que ali habitaram. Contudo, estas merecem ser estudadas e conservadas “no sentido de minimizar a precariedade geral de muitos e desaparecimento de outros” (ÉVORA, 2015:40).

Ao longo de sua história, a cidade “ganhou uma grande importância enquanto primeiro centro administrativo, religioso e econômico nos trópicos, o que justificou a construção de grandes edifícios, de caráter religioso e militar” (FERNANDES, s/d:16-17). A sublinhar: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1495), o Pelourinho (1512), a Sé Catedral (1556), a Fortaleza de São Filipe (1587) e o Convento de São Francisco (1640). Em adição a estes, se menciona outras estruturas remanescentes, tais como a Torre da Igreja e Hospital de Misericórdia, a ruína de Companhia de Grão Pára e Maranhão, a Igreja de Nossa Senhora de Conceição, os pequenos fortes, dentre outras estruturas. Por conseguinte, as suas implantações datam dos séculos XV a XVII e hoje, algumas delas se encontram em bom estado de conservação, devido a uma importante intervenção desencadeada pela cooperação espanhola, em parceria com o Governo de Cabo Verde.

Figura 20: Vista parcial da atual Cidade Velha.



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário é uma das edificações que melhor expressa a durabilidade das construções, “já que conta mais de 500 anos. Foi ampliada e redescoberta de azulejos, ostentando-se, orgulhosa, belas e preciosas pedras tumulares, dos tempos dos Filipes de Espanha, de antigos Senhores nobres que viveram na ilha de Santiago” (PEREIRA, 2004: XXII). Nela, o padre Antônio Vieira pregou a missa em sua passagem de Portugal ao Brasil, em meados do século XVII. A igreja representa hoje, um dos pontos turísticos da cidade, pelo

papel e função que tem desempenhado ao longo da história e continua a ser o local da celebração da missa dominical.

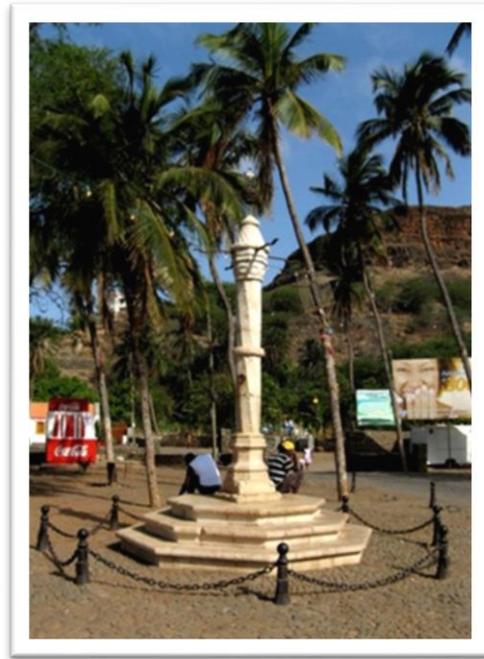
Figura 21: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário – fotos antiga e atual.



Fonte: MOREIRA, 2015.

De acordo com Fernandes (s/d:18), o Pelourinho foi construído no limiar do século XVI, de estilo manuelino, e representa “o símbolo do poder judicial e administrativo, por sua vez funcionava como uma verdadeira praça comercial, visto que situava-se a uns escassos metros do ancoradouro da cidade”. Ainda “do ponto de vista antropológico, no sentido mais restrito, o pelourinho serviu de ponto de encontros e desencontros de homens e de culturas (escravos, vendedores, compradores e sacerdotes, etc.) ” (BRITO, 2009:13). Atualmente é uma das emblemáticas estruturas arquitetônicas de caráter civil, presentes no sítio histórico. Hoje, o Largo do Pelourinho funciona como ponto de convivência entre os moradores e é considerado um dos pontos turísticos da cidade.

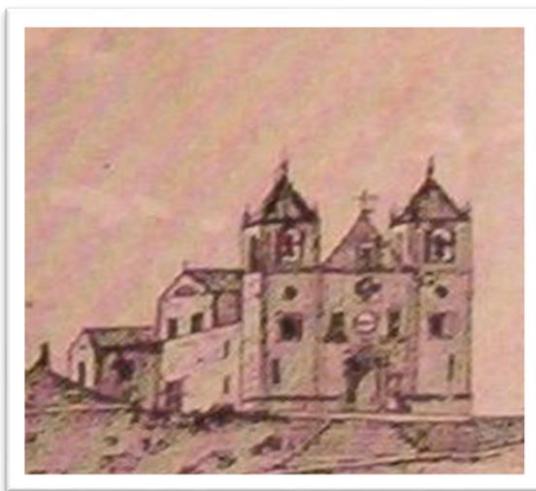
Figura 22: O Pelourinho da cidade.



Fonte: MOREIRA, 2015.

Uma estrutura remanescente presente no sítio histórico é a Sé Catedral. O responsável pela sua construção foi D. Frei Francisco da Cruz, o mesmo que erigiu várias outras edificações religiosas em Cabo Verde (PEREIRA, 2004:XXI). Essa construção levou cerca de 130 anos, devido às interrupções, e só ficou pronta em 1700 (PIRES, 2007:42). As ruínas sofreram intervenções e os muros foram consolidados na campanha de restauro dos monumentos existentes na cidade. Hoje se encontra a céu aberto com suas grandes dimensões e paredes colossais, o que permite uma maior apreciação.

Figura 23: Representação parcial da Sé Catedral.



Fonte: MOREIRA, 2015.

Figura 24: A vista parcial da Sé Catedral.



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

A Fortaleza de São Filipe é outra das construções realizadas na época da colonização. “Mandada construir por Rei Filipe I de Espanha em 1587. Foi uma construção quase feita de emergência, e com intuito de ser mais eficiente, depois do primeiro ataque dos piratas ingleses comandados por Francis Drake em 1585” (GOMES, 2006 *apud* PAVLIUC, 2013:53). É uma das estruturas de caráter militar mais marcantes da paisagem da cidade, por se localizar em sítio estratégico e pela sua dimensão colossal. Da Fortaleza, enxerga-se toda a cidade, o mar, a ribeira e as montanhas envolventes. A Fortaleza é toda revestida de pedra local e continua com os canhões voltados para o Oceano. A estrutura encontra-se em bom estado de conservação, devido a uma importante intervenção desencadeada pela Cooperação Espanhola, em parceria com o Governo de Cabo Verde. É, atualmente, um dos maiores apazíveis turísticos e um dos pontos de referência para o estudo de investigação científica em Cabo Verde.

Figura 25: Representação da Fortaleza de São Filipe no alto do rochedo.



Fonte: MOREIRA, 2015.

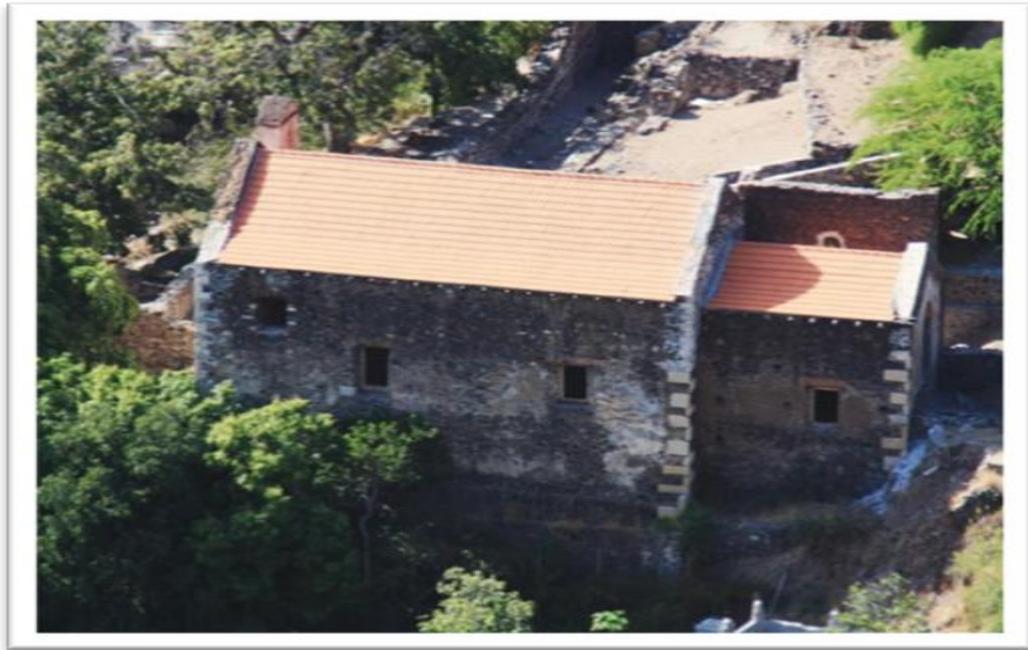
Outra edificação do sítio histórico é o Convento de São Francisco. Segundo Pereira (2004:XXIV), “mandado a construir, a partir de 1640, por uma rica proprietária, natural da ilha de Santiago, de nome Joana Coelha, que doou os terrenos, o que permitiu a fundação e a sobrevivência do Convento”. Serviu de lugar para a prática de cultos e também foi uma escola que durante anos foi administrada pelos frades franciscanos, ministros que acompanharam os primeiros povoadores. Neste edifício houve uma intervenção visando a recuperação e a sua conservação. O interior deste monumento encontra-se remodelado e em bom estado de conservação, tornando-se também um ponto de referência para a visita turística. Serve, ainda, para dísparas atividades culturais, como conferências, fóruns, exposições e concertos.

Figura 26: A vista parcial do interior do Convento de São Francisco.



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

Figura 27: A vista parcial do Convento de São Francisco.



Fonte: MOREIRA, 2015.

Além das estruturas, que estão em bom estado de conservação, existem as ruínas que faziam parte da vida organizacional e social da cidade, nos tempos da colonização. Estas, por sua vez, precisam ser estudadas, valorizadas e preservadas, visto que “fazem parte de um legado importante para a história de Cabo Verde em particular, e de toda a humanidade em geral” (FERNANDES, s/d:18).

Figura 28: Representação de algumas ruínas, do lado direito a torre da Igreja e Hospital de Misericórdia e do lado esquerdo a estrutura daquilo que foi a companhia de Grão Pára e Maranhão.



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

As estruturas remanescentes assentadas na época da ocupação e formação da Cidade Velha simbolizam as estratégias adotadas pelo colonizador português na apropriação do território e criação de um conjunto de espaços significativos. Por outro lado, as pesquisas arqueológicas têm evidenciado várias dessas estruturas, que carregam consigo parte da história de Cabo Verde. Muitas delas, porém, carecem de conservação e ainda precisam ser estudadas e divulgadas, no sentido de serem valorizadas para as gerações vindouras. Para tal, é necessária a tomada de certas medidas, tanto por parte do Governo de Cabo Verde, quanto de outras entidades, nomeadamente acadêmicas.

Em síntese, por meio dos estudos das estruturas existente na Cidade Velha alcança-se informe significativas sobre como os muros condicionavam, por um lado, e possibilitavam, por outro, a vida dos antigos habitantes da Cidade Velha. A fortaleza, as igrejas e o pelourinho, ao mesmo tempo em que instituía um modo de viver na cidade, conformavam, também, um modo de ser nessa cidade, pois as experiências das pessoas dependem, em grande medida, de sua relação com o espaço. Ainda, viabiliza-se a interpretação e demonstração das mudanças de significados que lhes são atribuídos em diferentes períodos de tempo. Se afirmarmos que o espaço determina o modo com que as experiências pessoais se constituem, também o tempo é determinante. De modo que os significados e as experiências são sempre contingenciais e relativos.

4 ESTRUTURAÇÃO DA PAISAGEM: ANÁLISE DAS ESTRUTURAS RELIGIOSAS E MILITARES

Segundo Lima (2011:21), “a cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições [...]”. Examinar as estruturas presentes na paisagem é compreender as marcas da reprodução e identificação cultural dos povos em um espaço.

Neste capítulo, analisamos as estratégias utilizadas no processo de colonização do território cabo-verdiano, visando compreender de que forma as estruturas religiosas e militares expressavam o poder e a ideologia do colonizador na persuasão das massas africanas e das gerações afro-cabo-verdianas (mestiços) e o impacto que provocou na vida destes. Na Arqueologia Histórica, o mundo colonial vem sendo analisado como uma forma de compreender o processo de colonização, com o enfoque nas missões religiosas, urbanização do espaço e recentemente, no estudo das estruturas arquitetônicas inseridas na paisagem. “Nos dias atuais a Arqueologia Histórica constitui-se em uma área bastante procurada por novos pesquisadores, e como bem se pode avaliar, tem dado grande contribuição ao entendimento deste período histórico” (ALBUQUERQUE, 2015:9). Dessa maneira, o estudo da cultura material possibilita compreender as estratégias utilizadas na construção da dominação e da domesticação da paisagem, visto que é produzida por indivíduos com escolhas ideologicamente definidas.

Neste sentido, as estruturas religiosas e militares são marcantes na paisagem da cidade, por estarem situadas em plataformas elevadas da cidade e em posições que garantem uma alta visibilidade. O posicionamento e a ordenação dos edifícios demonstram o esforço consciente e lógico na criação de ordem e controle social, embora grande parte das construções tenha sido destruída, as que restaram testemunham esses aspectos. Na opinião de Pereira (2004:XXVI), a marca da sua gloriosa história “sente-se à flor da pele. É observado a cada passo do visitante por todo o sítio, porque as pedras também podem falar. E sabem como fazê-lo. Só depende do interesse e da curiosidade do visitante”. O conjunto do patrimônio histórico presente na Cidade Velha testemunha os legados, vivências e culturas dos indivíduos que por ali habitaram. Embora seja modesto, é o único que retrata as heranças deixadas pelos seres humanos e estas necessitam ser estudadas, divulgadas, valorizadas e preservadas.

A identidade de um povo se define, historicamente através de múltiplos aspectos da sua cultura, como a língua, as relações sociais, os comportamentos colectivos de todo grupo humano socialmente organizado. Esses têm um carácter imaterial e anónimo, dado que são produtos da colectividade. O monumento histórico e a cultura imaterial são condensadores de todos esses valores, e o bem patrimonial se reveste de um elevado valor simbólico que assume e resume a essência da cultura a que pertence (FERNANDES, s/d:1).

O património cultural do Centro Histórico e Urbano iniciou-se nos finais do séc. XV ao final do séc. XVIII, fase em que surgiram as pequenas construções de arquiteturas vernáculas, em detrimento das grandes fazendas referenciadas pelos historiadores. Porém, segundo alguns especialistas, após a transferência da capital para Praia (final do séc. XVIII), apareceram novas construções vernáculas que contribuíram para o surgimento dos antigos núcleos, introduzindo alterações substanciadas nas plantas, nos materiais, e nas volumetrias. Os monumentos mais representativos, no núcleo histórico, são as chamadas arquiteturas, militar, religiosa e civil. Infelizmente, temos pouco ou quase nada de património civil.

O património cultural tem sido frequentemente danificado ou destruído por negligência e pelos processos de urbanização, industrialização e penetração tecnológica. Mais inaceitáveis ainda são, porém, os atentados ao património cultural perpetrados pelo colonialismo, pelos conflitos armados, pelas ocupações estrangeiras e pela imposição de valores exógenos. Todas essas ações contribuem para romper o vínculo e a memória dos povos em relação a seu passado. A preservação e o apreço do património cultural permitem, portanto, aos povos defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover sua identidade cultural (IPHAN – DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985 *apud* SANTOS, 2014:63).

Depois da Independência em 1975, o Património Cultural de Cabo Verde está protegido na legislação cabo-verdiana, mediante o Art. 16º, que considera:

É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à salvaguarda da identidade cultural como suporte da consciência e dignidade nacionais e fator estimulante de desenvolvimento harmonioso da sociedade. O Estado preserva, defende e valoriza o património cultural do povo cabo-verdiano (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE).

Portanto, as estruturas presentes na Cidade velha representam uma carga simbólica das vivências e convivências sociais, o marco civilizacional e a herança cultural dos povos cabo-verdianos. Em outras palavras, são os testemunhos históricos da identidade cultural.

Figura 29: Imagem satélite da Cidade Velha



Fonte: PLANO DE GESTÃO, 2008-2012.

Ao que tudo indica, a paisagem foi planejada com o propósito de marcar e sinalizar o território, no sentido de fazer ver e acreditar naquilo que foi construído durante o percurso histórico, por isso, muitas das construções foram emblemáticas em representar o mundo português e o poder. Sublinhamos que não só foram construídas para persuadir as massas africanas e os mestiços, mas também pretende servir como herança cultural do povo cabo-verdiano, para que as gerações vindouras possam presenciar e contemplar aquilo que foi a história da cidade, em paralelo com o que consta na documentação escrita. Embora de algumas das estruturas só tenham restado as ruínas, por outro lado algumas foram reabilitadas, no sentido de valorizar e preservar o patrimônio histórico. Assim, a paisagem da Cidade Velha demonstra o pensamento consciente e lógico na sua estruturação e ordenação, como a escolha de instalar as estruturas em determinados sítios, das ruas criadas e adaptações ao ambiente.

O patrimônio edificado da Cidade Velha é um excelente exemplo do tipo de arquitectura que abraçava as navegações e o comércio de escravos, e cada monumento tem a sua característica especial que passa às novas gerações a sua história social. Pois além da arquitectura religiosa, as fortalezas são elementos iconográficos na imagem da cidade e na sua história, visto que se situavam estrategicamente no cimo das montanhas e tinham como fim proteger a cidade e os seus interesses comerciais (PAVLIUC, 2013:26).

A distribuição da cultura material no espaço aponta para o preenchimento das áreas disponíveis e manutenção do equilíbrio paisagístico. Por isso, aparecem os edifícios que passam a noção de que estão fora da cidade contida, próximos ao porto, que representam o crescimento e o alastramento da cidade, bem como a preocupação de ocupação. Por exemplo, o Convento de São Francisco que está localizado no lado esquerdo da ribeira e praticamente longe da população. Contudo, nos dias de hoje é perceptível o extrapolar da cidade, tanto com aparecimento de novas construções como criação de bairros.

As diretrizes e as perspectivas que conduziram a construção da cidade têm a ver com os propósitos do processo da colonização, onde as missões religiosas foram utilizadas como forma de estabelecer uma ordem social com o objetivo de converter a população africana ao Cristianismo. Isso acontecia por meio dos discursos e construções religiosas na sociedade e paisagem. Portanto, os edifícios religiosos podem ser vistos como um dos responsáveis pela propagação de um discurso persuasivo, ou seja, permitem compreender a estruturação da sociedade colonial como parte do processo amplo da colonização. Ainda mais em uma cidade predominantemente sacralizada.

Além disso, as construções possibilitam a compreensão da relação entre pessoas-coisas no passado e no presente, no sentido de que a paisagem é percebida e vivenciada através das

percepções humanas, ou seja, “o indivíduo adquire sua compreensão daquilo que o cerca através do corpo humano”, de maneira que este não existe de “forma independente, movendo-se e colhendo experiências sensoriais”. Nesse caso, os seres humanos têm a “capacidade de vivenciar as experiências de forma racional, tomando como ponto de partida o próprio corpo” (SOUZA, 2007:63). Assim, os edifícios religiosos e outros, revelam as experiências dos seus idealizadores e usuários, bem como os recursos da natureza que ajudaram na sua construção. Ainda é de sublinhar que a paisagem é carregada de diferentes temporalidades, uma vez que a cidade foi criada, abandonada e (re)criada pelos sujeitos ao longo dos tempos, ou seja, o espaço e o tempo são inerentes à criação social e representam as formas concretas dos seres humanos no mundo ou contexto específico.

A cultura material de uma forma geral pode ser entendida como um sistema de sinais em códigos que constitui sua própria língua material, resultado de diferentes discursos construídos socialmente, e que são constantemente reproduzidas e/ou contestadas. [Portanto pode ser considerada] como um discurso material estruturado e silencioso, ligado às práticas sociais e às estratégias de poder, interesse e ideologia (FUNARI, 1999 *apud* MOREIRA e SOARES, 2105:129).

Por conseguinte, é importante considerar que as estruturas presentes na Cidade Velha compõem o mundo social dos cabo-verdianos. Estas revelam os códigos criados para que as pessoas vivam de uma determinada maneira e incorporem os ideais da cultura dominante. Também podem ser analisadas como um tipo de comunicação não-verbal, carregado de propósitos e simbolismos que estão interligados um ao outro, isto é, fazer funcionar os interesses. Neste sentido, é coerente afirmar que em uma sociedade marcada por desigualdades sociais e afirmação do poder, fizesse sentido a inserção dos elementos que simbolizam a vida dos seus construtores e que, ao mesmo tempo, definia a reprodução dos espaços controlados, a hierarquia e a autoridade de poder na dominação dos demais. Nesta lógica, as estruturas serviram como instrumento para o exercício de poder e manutenção estratégica dos territórios conquistados.

4.1 Paisagem e uma Perspetiva Arqueológica

Partimos da premissa de que a paisagem é uma construção humana de caráter religioso, econômico, político e cultural, pois os indivíduos estruturam o espaço conforme a cultura da qual fazem parte. Além disso, a apropriação de um determinado território exige a aplicação de mecanismos lógicos e eficientes para controlar e manter a ordem no espaço. Evidentemente, na

época da colonização portuguesa, os indivíduos organizaram os seus ambientes de forma racional e intencional, de acordo com os seus interesses. Por conseguinte, uma abordagem na paisagem arqueológica possibilita a compreensão das relações entre os grupos e seus ambientes, ou melhor, do comportamento humano.

Ao estudar uma paisagem é necessário considerar diversas variáveis relacionadas com os aspectos humanos e naturais, porque o indivíduo transforma a natureza através das suas atividades e ela o responde, isto é, a natureza é transformada e transformadora da ação humana. Nesse caso, “a paisagem é percebida, contextualizada e vivenciada pelos grupos” (KNAPP e ASHMORE, 1999:1). Dessa maneira, as pessoas criam, pensam e projetam no espaço as suas emoções e imaginações, ou seja, tudo que faz parte da humanidade do ser humano.

Um exemplo prático são as grandes e sublimes obras arquitetônicas presentes na Cidade Velha, como as igrejas e a fortaleza. Essas revelam o pensamento consciente e brilhante da época em que foi construído, também expressam traços simbólicos que faziam parte do universo dos moradores da cidade. Por esses motivos, é fundamental um estudo profundo sobre essas construções, na busca e compreensão dos seus significados na paisagem da Cidade Velha e suas representações na dominação e controle do espaço, embora algumas não existam mais e outras tenham sofrido intervenções humanas, perdendo um pouco os traços originais. Porém, as intervenções, por sua vez, são necessárias, a fim de não obter um desaparecimento das edificações que são importantes para as gerações vindouras, isto é, presenciar de perto a magnitude da história e memória dos seus antecedentes. Em termos gerais, a paisagem não é somente aquilo que os olhos conseguem alcançar, mas é, sobretudo, uma arena onde os aspectos naturais e culturais se conjugam entre si, ou seja, “é um palco construído na mente para transmitir um significado para aqueles que habitam”⁶ (KNAPP e ASHMORE, 1999:8).

A Arqueologia é uma área de conhecimento que desde sempre tem se preocupado com o estudo das sociedades passadas em seus diversos aspectos, através de sua cultura material, com o propósito de responder a questões de como “pensavam, comiam, vestiam, relacionavam com outros” (JORGE, 2007:11). Isso mostra que os arqueólogos se preocupavam com os ambientes construídos dos indivíduos, mas atualmente, devido a vários estudos em diversos campos de conhecimento, com novas definições e abordagens, mudaram o pensamento do estudo da paisagem. Termos como: lugar, espaço e paisagem; estão a ser desconstruídos e redefinidos. Presentemente, não é analisada apenas como “pano de fundo passivo” (KNAPP e ASHMORE, 1999:1), porém é definida como um constituinte ativo no dinamismo entre os

⁶ Tradução livre do original em inglês.

processos naturais e culturais. De acordo com Lino (2012:60), a arqueologia da paisagem é um “produto humano (espaço físico) para criar uma nova realidade (espaço social: humanizado, econômico, político, territorial...) mediante a aplicação de uma ordem imaginada (o espaço simbólico: sentido, percebido, pensado) ”.

Essas novas abordagens surgiram tanto na Europa como nas Américas, que passaram a colocar em pauta os elementos culturais na estruturação do espaço, ou seja, não é somente a natureza que transforma a ação humana, mas também é transformada. Por exemplo, na Europa passaram a estudar os megálitos que revelam o pensamento e a expressão simbólica das sociedades passadas, o que, até então, era negligenciado pelas abordagens tradicionais. No entanto, nas Américas reconheceu-se que as mudanças ocorridas na paisagem implicam não apenas nas influências naturais, todavia, as dimensões culturais influenciavam também na organização do espaço (ANSCHUETZ *et al.*, 2001). Na prática, isso acontece da seguinte maneira: na ocupação de um território, os grupos sociais lançam mão dos meios e noções que têm do mundo para moldar a natureza original, incluindo as relações entre os homens e seus ambientes, isto é, criam um conjunto de cenários que refletem símbolos de dominação.

No Brasil, alguns trabalhos já foram realizados nessa linha de pensamento, como o de Isnardis (2004) ao analisar a localização geográfica dos sítios de pintura rupestre do vale do Rio Peruaçu: Alto médio – São Francisco, como elemento para se entender a dispersão das diversas manifestações culturais, expressas nas pinturas e gravuras deixadas nos abrigos; como o entendimento de Souza (1995), ao considerar que os fortes coloniais expressam na paisagem a ideia de ideologia, poder e relações de classes. Em adição, há outros trabalhos, como o de Macedo (2011) que analisa a memória da igreja de Nossa Senhora da Saúde – Rio de Janeiro e sua significação na paisagem, o que permitiu visualizar as redes de relações empregadas na formação e transformação do sítio.

Em Cabo Verde, ainda não foram discutidas ou analisadas nessa linha de pensamento, as construções coloniais que expressam as ideologias e dimensões sociais da época, visto que “a arqueologia cabo-verdiana apresenta-se ainda como uma disciplina desprovida de um suporte teórico sólido, que lhe permita qualificar e avaliar a relevância dos distintos vestígios arqueológicos [...] ” (ÉVORA, 2015:20). Contudo, propõe-se essa nova abordagem no estudo prático do sítio histórico da Cidade Velha, porém, somos conscientes de que antes é preciso estudar quais as possibilidades e os critérios a serem adotados e os ganhos, conforme o contexto para a obtenção de resultados satisfatórios e a interpretação sobre o dinamismo entre os homens e seus ambientes. Essa abordagem possibilita o entendimento dos valores culturais que influenciaram a formação e a transformação da cidade em questão, através das estruturas

remanescentes. Também permite descobrir as informações sobre os hábitos, as tecnologias, os agentes participativos, as atividades desenvolvidas, a apropriação dos recursos, o uso e (reuso) do espaço, considerando que o “registro arqueológico é o resultado tanto do comportamento humano enquanto reflexo de atividades sociais, quanto dos processos naturais” (SCHIFFER, 1972 *apud* FAGUNDES, 2014:34). Também, ajuda na identificação e interpretação dos processos dinâmicos de qualquer ordem e possibilita a compreensão das estratégias adotadas pelos homens e suas percepções em face às transformações ocorridas no espaço (ANSCHUETZ *et al.*, 2001).

Em linhas gerais, trabalhamos com o contexto amplo, em que analisamos a estruturação da paisagem, visando compreender a lógica da implantação das estruturas religiosas e militares na paisagem da Cidade Velha, durante o seu percurso histórico. Optamos por essas estruturas, porque são as que têm maior destaque na paisagem e em números ascendentes. Os estudos que vem sendo realizados demonstram as suas funcionalidades, ao longo dos séculos, mas estes ainda estão presos às narrativas, onde é interpretado apenas um monumento arquitetônico e edificado no espaço. Para isso, contamos com a ajuda do desenho cartográfico e da planta da Cidade Velha, embora representem temporalidades diferentes, mas ambos se referem aos elementos simbólicos inseridos na paisagem. Assim, consideramos que são os símbolos da materialização do discurso do poder e que exprimem o pensamento lógico e intencional do colonizador português na estruturação da paisagem.

4.2 Sacralização da Paisagem

A estruturação do espaço ocorre por meio da ordenação da cultura material, sendo esta considerada como vetor das relações sociais e produto do contexto social e cultural. Nesse caso, as edificações inseridas são carregadas de significados e intencionalidades, pois o mundo social foi estruturado dentro de propósitos pré-determinados e arbítrio da cultura dominante. Compreender a lógica da implantação, sob uma perspectiva arqueológica e histórica, possibilita descortinar a ideologia, os discursos e as práticas sociais utilizadas como forma de manter o poder e o controle dos seres humanos em um espaço habitado.

A cultura material não é apenas “um reflexo de um sistema, estrutura ou ideologia”, mas sim um agente ativo na construção do mundo social, isto é, pode ser analisada como uma “forma do discurso social”. Assim, os elementos simbólicos introduzidos na paisagem e conseqüente formação da Cidade Velha permitem compreender as relações sociais entre os seres humanos que compunham essa sociedade. Também pode ser encarada como “um meio efetivo pelo qual

os valores, ideias, distinções e relações de poder foram reproduzidos, legitimados, e inclusive, transformados” (MOREIRA e SOARES, 2015:104).

Deste modo, utilizou-se o desenho cartográfico (**Figura 31**) datado de 1655, para análise da cultura material que expressa a ideologia e o poder. Este se encontra nas publicações do Arquivo Militar de Estocolmo, publicada por Rocío Sánchez Rubio, Isabel Testón Núñez e Carlos M. Sánchez Rúbio em *Imagens De Un Imperio perdido*. Apesar de as representações serem bem exíguas, por sua vez é o único a ser encontrado que patenteia as estruturas antigas, particularmente as igrejas/capelas. Somos conscientes que essas representações foram realizadas, de acordo com o que o desenhista tencionava elucidar.

A história das edificações remete-se aos primórdios da expansão e exploração portuguesa nos territórios ultramarinos, sendo estes compostos por ilhas entre as quais Madeira, Açores e Cabo Verde. De acordo com Silva (1996:38) estas surgem como “pontos geo-estratégicos, na medida em que possibilitam acessos seguros e privilegiados a mercados altamente apetecíveis. Por isso, estas regiões de acesso (geo-estratégicas) são objetos de procura e concorrência”. Assim sendo, durante a colonização do território cabo-verdiano, iniciando-se pela Cidade Velha, foi necessária a inserção e a adaptação de um conjunto de materializações concretas que sinalizassem a presença, soberania e posse portuguesa. Nesta lógica tornaram-se “um veículo para manutenção das relações de poder” (MACEDO, 2011:21).

Figura 30: Desenho cartográfico da Cidade Velha datado de 1655, vista aguarelada, Atlas de Leonardo de Ferrari.



Indicações das igrejas e capelas citadas: 1- Igreja de Nossa Senhora Da Conceição, 2- Capela de Santa Luzia, 3- Capela de São Brás, 4- Capela de São Roque, 5- Capela de Santo António.

Segundo a história tradicional, as construções religiosas datam dos séculos XV e XVI. Para Richter (2011:4-5) a primeira a ser erguida foi a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (1466 a 1470); capela de São Brás (1542); capela de santo António (1520 a 1530); São Roque (1600). No que diz respeito à valorização e conservação do património histórico, hoje alguns estão em bom estado de conservação como a capela de São Roque, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Convento de São Francisco, que por alguma razão não estão patentes no desenho cartográfico. As outras permanecem em ruínas (por exemplo, a Sé Catedral) e/ou ocultas na paisagem. Contudo, considera-se que por meio da Arqueologia podem ser evidenciados, resgatados, estudados e divulgados para o conhecimento científico, no sentido de que merecem ser valorizados e preservados, já que testemunham o mundo social daqueles que ali habitaram, ainda fazem parte do conjunto patrimonial histórico e cultural de Cabo Verde. Assim, o bem patrimonial é definido pela UNESCO da seguinte maneira:

[...] qualquer objecto, independentemente da sua origem e do seu proprietário, que tenha uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como monumentos de arquitectura, conjuntos arqueológicos, obras de arte, manuscritos, livros e outros objectos de interesse artístico, histórico o arqueológico (FERNANDES, s/d:1).

Durante a colonização, a Igreja foi utilizada como um dos mecanismos na manutenção do *status quo* do colonizador, por meio das práticas doutrinárias que garantiam a ordem e determinavam as regras de comportamentos na sociedade. Em termos práticos, as massas escravizadas eram forçosamente submetidas à imposição de uma ideologia que representava a

impressão das visões do mundo português, inclusive a aceitação da religião católica como ser a oficial, pois as suas religiões eram consideradas por serem práticas gentílicas. Nesta lógica, a imposição e a proibição são dois termos dicotômicos, mas que podem justificar as estratégias criadas para persuadir os indivíduos. Assim sendo, na cidade “os primeiros povoadores do reino, que vão impor na nova sociedade insular em formação as suas crenças e práticas religiosas tradicionais, trariam consigo ministros do sagrado que assegurariam a satisfação das suas necessidades espirituais” (SANTOS *et al.*, 2007:244). Dessa maneira, era importante que a sua construção fosse em um local de destaque e com uma alta visibilidade, no sentido de que os moradores, principalmente as massas escravizadas, deviam estar cientes do poder religioso e temporal sobre o território e sobre os mesmos. Nesse caso, a ideologia por meio de seus mecanismos de inculcação faria com que o sujeito aceitasse a religião católica e a sua condição de oprimido.

Na perspectiva pós-moderna, a paisagem é analisada como um conjunto de espaços estruturados pela cultura dominante na formação de uma realidade que tende manter a ordem sobre os sujeitos no espaço habitado. Na Arqueologia é vista como representações significativas que fazem parte da cultura material dos seres humanos, construídos ao longo dos séculos, que por sua vez dizem sobre a hierarquia, o poder e a soberania sobre o território.

Para Knapp e Ashmore (1999), ao analisar uma paisagem, é de fundamental importância levar em consideração o seu papel ativo no dinamismo entre os elementos naturais e os que foram inseridos pelos seres humanos. Visto que ao ocupar e estruturar os espaços em prol dos interesses, o homem apropria-se dos recursos naturais e adapta as estruturas ao terreno topográfico. Em adição, o estudo da paisagem arqueológica possibilita identificar e interpretar os processos e as transformações ocorridas ao longo dos séculos (ANSCHUETZ *et al.*, 2001). Sendo assim, as análises interpretativas das edificações inseridas na paisagem, sob viés da Arqueologia, podem responder sobre a função simbolismo e distribuição espacial. De acordo com Symanski (2014:168), “o trabalho de Leone é pioneiro [no estudo das cidades que representam o status do poder] fortemente influenciado pela tese da ideologia dominante de Althusser”, o qual analisou as cidades de Annapolis, Baltimore e Maryland. Estas foram planejadas e edificadas para promover a hierarquia do poder da elite, ou seja, cada uma delas foi guiada por princípios do Barroco. Esse artifício serviu como mecanismo de persuasão dos indivíduos, levando-os a ver aquilo que supostamente deveriam ver (LEONE e HURRY, 1998:34). Acredita-se que esse é um caminho alternativo para compreender o mundo social dos atores participantes na construção.

A Igreja no arquipélago de Cabo Verde tem, por detrás, um complexo ordenamento jurídico-institucional que a enquadra e a condiciona na sua ação. Essa organização normativa, que se transforma em suporte e garante ideológico da expansão, colocou o rei no fulcro da atividade missionário e evangelizadora, por meio da Ordem de Cristo (Santos *et al.*, 2007:242).

Ao considerar que a sociedade foi alicerçada com base no discurso [do] poder e práticas doutrinárias cristã, que, por sua vez, garantiam a solidez e o controle das massas escravizadas, é coerente afirmar que eram instalados nos sítios estratégicos em uma posição da alta visibilidade e ainda em números ascendentes. Por exemplo, na cidade “havia nada mais, nada menos do que 24 Igrejas, Capelas e Ermidas” (PEREIRA, 2004:21), ao longo dos séculos XV, XVI e XVII. Deste modo, para a legitimação do poder no espaço habitado era necessário “cosmolizá-lo”, no sentido de não criar “caos” entre os grupos sociais. Para tal, foram criados um conjunto de discursos, regras e práticas morais e sociais para orientar os mesmos, como exemplo: a criação do pecado original e a salvação da alma, isto é, a Igreja era um meio de comunicação com o mundo dos deuses. Portanto, a paisagem torna-se sacralizada com base nessa ordem cósmica, advinda da política teológica no controle do território e no compasso da sociedade. As construções tinham por base duas finalidades: “o uso cotidiano da realização das obrigações e práticas religiosas; e o ideológico como afirmação de poder e de prestígio em uma sociedade católica e intolerante com qualquer tipo de distinção ou heresia” (MACEDO, 2011:22). Por conseguinte, as construções religiosas foram implantadas na paisagem não de forma aleatória, mas sim eram intencionais, no qual estavam localizadas topograficamente em locais de destaque e em extremos opostos da cidade (ribeira), criando o equilíbrio na paisagem. Esses por sua vez, conforme Leone e Hurry (1998:35) são os elementos característicos do Renascimento e barroco. Um outro ponto a considerar é o posicionamento da vista para o mar e em algumas delas encontra-se torres de vigia, isso demonstra o esforço em deixá-los visíveis aos olhos de todos (moradores e visitantes), isto é, deviam estar cientes do poder da igreja católica e do Estado, no sentido de orientá-los para os símbolos de autoridade.

Uma outra característica importante que demonstra a sacralização da paisagem é a organização em forma de cruz cristã e no vértice da cruz, assim situa-se a igreja mais antiga da cidade. Da mesma forma que as igrejas formam uma cruz cristã na terra, também associa-se a visibilidade do próprio cruzeiro estabelecido no alto da montanha da cidade, como quase foi implantado no céu, pois para vê-lo de baixo era necessário olhar para o céu. O cruzeiro, assim, se apresenta como o balizador dessa ordem cósmica. Segundo Leone e Hurry (1998:38) essas

estratégias revelam “a fala da voz alta da igreja católica por possuir poder sobre o espaço”⁷. Similarmente, a cruz por si só simboliza a união entre o poder espiritual e o poder temporal no processo expansionista. Assim sendo, a Cidade Velha foi planejada e construída conforme as visões do mundo do colonizador português e igualmente foi uma paisagem idealizada, no sentido de que nela encontra um conjunto de materialização – as estruturas religiosas que testemunham as percepções imaginativas e emocionais do dominador na manutenção da autoridade e do poder.

Para Knapp e Ashmore (1999), a paisagem deve ser vista como um conjunto de espaços construídos e habitados pelos seres humanos, mediante a inserção dos símbolos associados ao mundo do colonizador. Do mesmo modo, a paisagem deve ser encarada como uma arena onde se desenvolvem as atividades humanas e as relações sociais, ou uma determinada região a que foram dados significados, onde foram determinadas as formas pelas quais as pessoas deviam agir.

Neste sentido, as edificações foram implantadas para legitimar o arbítrio da cultura dominante na persuasão dos demais, o que leva a crer que os instrumentos de comunicação não verbal são para uma afirmação do domínio sobre os outros. Conforme Silva (1996:168), “o espaço produzido é habitado pelos interesses hegemônicos duma época. Os seus elementos são dispostos de modo a realizá-los, viabilizá-los e funcioná-los”. A paisagem, enquanto uma construção pretendida, concretizada e apresentada pelo colonizador, permite despertar, impressionar e direcionar o olhar. Como já foi mencionado, as estruturas encontram-se situadas em pontos altos da cidade, o que leva a constatar que a sociedade foi pensada para a “reprodução da ordem social” em uma tentativa da integração lógica dos elementos projetados na paisagem (BOURDIEU, 1989:10). Portanto, as construções religiosas constituem o poder simbólico de fazer ver e levar a crer nas visões de mundo dos portugueses. De acordo com Knapp e Ashmore (1999) em geral, “os grupos humanos criam suas paisagens, projetando ideias e emoções”⁸, conforme os seus ideais identitários e culturais. Por exemplo, a criação das ruas não é simplesmente um caminho a percorrer, nem tão pouco uma simples adição à paisagem, mas representa a movimentação dos grupos sociais, os direcionamentos e as orientações a se seguirem.

A Cidade Velha foi pensada como um suporte para atividades comerciais transatlânticas e formação do outrem, na qual oferecia condições e recursos naturais para a sobrevivência

⁷ Tradução livre do original em inglês.

⁸ Tradução livre do original em inglês.

humana e o desenvolvimento de uma sociedade, principalmente os recursos hídricos. Também foi nesse espaço insular que “a administração real experimentou os meios e a forma de ordenação e controlo de um espaço longínquo, recém-povoado e de um porto comercial intercontinental devidamente equipado e funcional” (SANTOS e CABRAL, s/d:3).

De um modo geral, a paisagem sagrada foi criada com dois propósitos: por um lado para dar sentido aos lugares construídos que refletem a memória humana e por outro para a supressão dos seres humanos que participaram na construção dessa sociedade, no sentido de afirmar a soberania, autoridade e hierarquia no espaço habitado. Assim sendo, os mecanismos de supressão foram inseridas com o propósito de manter sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a memória do ato religioso praticada ao longo dos séculos. De acordo com Santos *et al.* (2007:241), “a presença da igreja católica foi tão pertinaz em todo o arquipélago de Cabo Verde e a sua manifestação social tão sólida que parece ser esta a única religião que prevaleceu desde os primórdios do povoamento até a atualidade”.

De um modo geral, a paisagem sagrada provocou impacto sobre os portugueses e africanos, sendo estes imigrantes em um espaço longínquos das suas origens. Nesse particular, o primeiro eram detentores dessa visão do mundo e reprodutores da fé Cristã e o segundo transformados em objetos de trabalhos, forçosamente integrou-se ao espaço que já estava apropriado simbolicamente de um modo ostensivo, tendo como uma de suas intenções a supressão de visões de mundo/religiosidade alternativas àquela materializada na paisagem. Portanto, as massas africanas eram coagidas a obliterar do seu cordão umbilical e incorporar os componentes simbólicos pertencentes à cultura dominante, desde as normas, os valores morais e culturais, a língua e a religião, afetando-as direta ou indiretamente.

De igual modo, desde a sua nascença, as gerações afro-cabo-verdiana incorporaram essa paisagem sagrada forjada pelo colonizador. Nesse caso, esta não só impõe uma ideologia da cultura dominante, mas também atua na reprodução cultural dessa ideologia. Assim sendo, as construções religiosas representam na paisagem além de um monumento edificado, pois testemunham um dos signos dessa manipulação. Segundo Albuquerque (2015:11) uma igreja não pode simplesmente ser estudado pela sua função e seu papel que teve na vida construtiva e da história local, mas deve ir além desse caráter funcional, porque “padrões gerais existem, em todas as igrejas católicas, que atendem os preceitos canónicos e dogmáticos”. Assim, a cultura material revela acerca das atividades humanas e dizem muito sobre os fatores ideológicos e simbólicos.

4.3 Paisagem Fortificada

cidade e os moradores. Por volta de 1582, a cidade já contava com a muralha, o baluarte da Vigia, também conhecido como Presídio, o baluarte de São Brás e o baluarte da Ribeira. Já no segundo momento investiram na construção de um sistema defensivo complexo, com a finalidade de proteger não apenas a cidade, mas o oceano e o território dos ataques inimigos.

Com a união das coroas ibéricas, mediante o Tratado de Tordesilhas, que já tinha sido assinado pela Espanha e Portugal no ano 1494, novos atores vão aparecer em cena na disputa dos territórios. O tratado referia-se à política de mar fechado (*Mare Clausum*) na exclusividade de exploração dos territórios descobertos, isto é, a divisão das terras entre si. Contudo, os novos atores contrariam a essa hegemonia ibérica passando a disputar o espaço e a desestruturá-la, por meio dos ataques frequentes dos piratas, pondo em causa a própria segurança dos moradores. Por causa desses ataques houve melhoramento e alargamento do perímetro das infra-estruturas de defesa, com o propósito de repelir os ataques inimigos. Nesse contexto “empreendem-se obras de fortificação de maior vulto, destacando-se a imponente Fortaleza de São Filipe” (SANTOS *et al.*, 2007:191), sendo projetada e implantada por João Nunes, especialista em fortificações, proveniente de Tânger que por sua vez já tinha sido destacado nos trabalhos realizados no mesmo. Na ampliação do perímetro de defesa procedeu as construções de fortes de São Veríssimo, São Lourenço, São João dos Cavaleiros e Santo António (PIRES, 2007:53). Portanto, as fortificações foram inseridas na paisagem em um contexto bem específico, momentos de grandes tensões entre as potências europeias, no sentido de dominar e explorar o território que estava sob a soberania portuguesa.

Segundo a história tradicional, entre os anos 1583 a 1598 a cidade foi atacada e saqueada pelo menos umas cinco vezes. Por exemplo, “em 1583 foi atacada pelos franceses, conduzida por Manuel Serradas”; em 1585 foi a vez dos ingleses comandados por Francis Drake, já em 1596 novamente os ingleses atacaram a cidade e no ano de 1598 foi a vez dos holandeses (SANTOS *et al.* 2007:189-190). Estes ataques provocaram destruições daquilo que se tinha construído e levou a cidade para decadência e abandono. Apesar de contar com um sistema defensivo, este demonstrou-se pouco eficaz do que parecia nas suas muralhas com dimensões colossais.

O estudo da cultura material inserida na paisagem, sob viés arqueológica possibilita a interpretação e compreensão das estratégias de poder ligadas às práticas sociais utilizadas para convencer os indivíduos, dado que as estruturas foram planeadas e projetadas pelos engenheiros e arquitetos, que traziam os estilos arquitetônicos da época e obdeciam a ideologia dos seus dirigentes. Nesse caso, considera-se que a cultura dominante utiliza vários dispositivos para manter e reforçar o seu domínio sobre o espaço. De igual modo permite compreender acerca do

dinamismo entre os processos naturais e humanas e as transformações ocorridas ao longo das centúrias. Neste sentido, as estruturas militares localizavam-se ora em ilha, ora sobre o mar que corresponde a uma estratégia militar de defesa, bem como o controle de passagem no mar. Essa preocupação parece ter orientado os projetos dos arquitetos na projeção dos mesmos, no sentido de prepará-los de modo a repelir os ataques inimigas vindo do mar, ainda serviram como sinalização da presença portuguesa no território. A forteza de São Filipe é um caso exemplar, no qual posiciona de frente para o mar e em uma lógica de alta visibilidade. Além de ter a função defensiva da cidade e o controle amplo do espaço marítimo, também expressava a eficácia simbólica.

De acordo com Souza e Neto (2015:175), “o universo colonial português, o mar se constituía no principal meio para o estabelecimento de relação políticas e comerciais de larga escala [...]. Ao mesmo tempo, era do mar que vinha o perigo, a principal de ameaça à integridade territorial [...]”. O fato pelo qual a vida da cidade estava voltada para o mar, que por um lado era o meio para o estabelecimento das relações com o exterior e por outro representava o perigo dos ataques inimigas, nesse caso as fortificações patenteavam a força, a estabilidade e o perigo para os moradores. No entanto, o estudo através da perspectiva do mar indica os elementos culturais introduzidos na paisagem natural, também possibilita a identificação dos marcos territoriais e fronteiriças e as relações estabelecidas. Os elementos naturais foram utilizados de modo a auxiliar a construção e a defesa das estruturas militares, visto que foram construídos em cima dos rochedos e montanhas, que por si são fortes. “Por meio da Arqueologia, sabe-se que a natureza pode servir como uma importante fonte de recursos simbólicos” (SOUZA e NETO, 2015:181). Assim, os locais contavam com pedras abundantes, fazendo com que se aproveitasse dos recursos.

Um outro ponto a considerar que justifica a eficácia emblemática na construção é a intrusão de elementos estéticos característicos do universo português, como a pedra e cal revestido no monumento, o caso da Fortaleza de São Filipe é exemplar, no qual demonstra o gosto e a satisfação da época. Logo, os projetistas quase seguiram á risca a ideologia dos seus dirigentes, imprimindo na paisagem o domínio e a hierarquia do poder português. A exemplo disso a Fortaleza de São Filipe é caracterizada:

Tinha esta forteza dois baluartes completos a leste e oeste; e a norte e sul, meios baluartes. Duas portas a ela davam acesso, devendo-se considerar como principal a de oeste, que dava saída para a cidade por uma ladeira de acentuado declive. Próximo ao meio baluarte do sul ficava a residência do capitão-geral e, fronteira a esta a ermida de S. Gonçalo. No meio da praça abria-se uma boa cisterna e a sudoeste desta construíram-se os armazéns da pólvora e munições de guerra. A oeste da residência

do capitão-geral, e no mesmo alinhamento ficava os quartéis da guarnição, calabouços e corpo da guarda. Pelo norte e oeste fechava a fortaleza um muro de 480 palmos e alto, muro este assente sobre rocha que domina a cidade (PEREIRA, 1988 *apud* PIRES 2007:176).

Os recursos simbólicos frequentes na época renascentista se baseavam nos princípios de funcionalidade, força e beleza. Em adição, esses elementos incutidos nas fortificações representavam a forma de persuadir os indivíduos de modo a considerá-las importante na paisagem (SOUZA e NETO, 2015:184). Um outro elemento a considerar é a temporalidade associado aos elementos estéticos, que referem a um contexto específico da história da cidade, a época dos conflitos territoriais, como já foi assinalado. Essas construções não foram aleatórias, mas intencionais, no sentido de reforçar o poder e garantir o controle do território. Soma-se ainda que a construção das estruturas militar obedeciam os mesmos princípios de projeção e implantação, por sua vez estavam localizados nos sítios estratégicos.

Isso demonstra a preocupação pelo posicionamento da alta visibilidade, no qual poderiam ser vistas em diferentes ângulos e posições, inclusive se considerar o mar. De acordo com Leone e Hurry (1998:59) essa percepção está associada com a criação de panópticos de poder, no sentido de manipular e impressionar as visões, tanto dos habitantes quanto dos visitantes, isto é, os indivíduos deveriam olhar aquilo que era preciso ver. De igual modo, a visibilidade foi possível devido “a linearidade horizontal da paisagem oceânica que permite a fácil identificação das fortificações” (SOUZA e NETO, 2015:178) e o encaixamento destas no relevo, moldando-se a topografia e os seus contornos. Nesse caso, as fortificações passaram a fazer parte da natureza, demonstrando-se a vantagem de edificá-las em cima dos rochedos e montanhas. Por fim, os elementos estéticos empregados nelas, principalmente na Fortaleza de São Filipe, justificam a importância e a relevância de se instalar as estruturas militares na paisagem, com desígnio coercitivo dos considerados não portugueses.

Neste sentido, a paisagem é militarizada e ostensiva com propósitos de assegurar a soberania e o controle social. Nesta lógica, as estruturas militares funcionavam como meio para a defesa e segurança, também serviam para organizar a vida no espaço, aumentar e fortalecer a produção e arrecadação fiscal. Isso explica a monumentalidade arquitetônica e a pujança na paisagem, no sentido de impressionar e conscientizar os africanos e as próprias gerações vindouras sobre o poder do Estado português. Portanto, a paisagem é militarizada como forma de regramento da colonização do espaço, domesticação da paisagem e supressão de visões do mundo das massas africanas, afetando-as direta ou indiretamente. Sublinha-se que as fortificações desempenhavam o papel defensivo, simbólico e coercitivo.

O estabelecimento da ordem e controle social só foi possível com a inserção e ordenamento da cultura material, pois mediante esta se exerce o poder que advém do arbítrio e propósito dos dominadores. Nesse caso, as edificações religiosas e militares implantadas na paisagem de um modo extensivo, simbolizam a ideologia, o discurso de poder, as práticas e relações sociais. Além de ter a função utilitária, da mesma forma ajudaram na domesticação da paisagem e dos seres humanos, inclusive os africanos provindos de uma realidade diferente.

A presença das igrejas/capelas demonstra a imposição de uma visão de mundo dos colonizadores, que visava a doutrinação espiritual daqueles que não professavam a fé cristã. Nesta lógica, a paisagem é sacralizada de um modo conspícuo, no sentido de suprimir outras crenças através de um ambiente paisagístico já sacralizado, conforme os cânones e simbolismos da religiosidade cristã. De igual modo, a presença dos fortes e da fortaleza exprimem a defesa e a dominação. A paisagem é militarizada de forma ostensiva de um poder militar e coercitivo, que figurava o poder do Estado colonizador português. Essa dupla função se fundamenta no propósito de manter a estabilidade, vigilância, ordem social, através dos mecanismos de controle e penalidade.

Neste sentido, ambos os poderes são impressos na paisagem. Apesar de ter propósitos diferentes ajudaram na formação do mundo social dos demais, um era mais espiritual, o outro mais material; um doutrinador através da reprodução de crenças e de uma visão do mundo, o outro coercitivo por meio da força, opressão e da fiscalização. Sublinha-se que ambos dialogam e visavam o regramento dos não portugueses – os escravos, pois o poder é o instrumento importante na coerção e controle social do outrem, determinado a manter a estrutura de um sistema social. Nesse caso, sublinha-se que na imposição da ordem colonial, ambos os poderes serviram como mecanismos de persuasão dos africanos que professavam outros cultos, que vinham de outras sociedades, com outras formas de organização social e política. Nesse caso eram impatadas pela paisagem cultural sacralizada e militarizada, que visava a imposição da ideologia do colonizador e o controle de uma massa que deveria se manter passiva e temerosa, pois os desvios de conduta moral seriam espiritualmente punidos na vida eterna. De igual modo que os desvios de conduta comportamental, a infração, a revolta seriam materialmente/terrenamente punidos pelo poderio militar.

De uma forma geral, os elementos simbólicos funcionaram como uma valia na dominação da paisagem, no qual acarretou implicações duplas: paisagem natural/humanizada; desconstrução da identidade dos africanos e conformação das identidades afro-cabo-verdianas. De uma forma hipotética, o fato pelo qual é admissível que o meio ambiente permanecia desabitado, pressupõe que o espaço mantinha-se íntegro, sem provável intervenção humana,

porém com a interferência desta passa a ser uma paisagem construída, isto é, transformada pelas atividades humanas. Também pode ser chamada de paisagem cultural, no qual encontra-se um conjunto de edificações que validam a ação humana.

Os atores participativos, em particular os africanos, foram suprimidos dos seus referenciais culturais que os identificavam. A estratégia utilizada para tal incorporação foi mediante a presença perceptível das estruturas que simbolizam o mundo dos portugueses. Nesta lógica, os nascidos na ilha de Santiago - mestiços-crioulo tiveram que incorporar esses referenciais portugueses na construção da sua identidade, ou seja, se identificar com referenciais portugueses. Certamente os que foram levados para Cabo Verde, em particular os guineenses tinham o sonho de voltar um dia para as suas raízes. Nos dias de hoje ainda existem pessoas, mesmo que sejam em menor quantidade, que preferem se identificar mais com os portugueses do que com os africanos. Nesse sentido se consideram ser melhores do que os demais, o que demonstra o quão absorvida foi a visão colonialista por alguns segmentos da sociedade local. O predomínio no uso da língua portuguesa no dia-a-dia, em detrimento da língua cabo-verdiana é outro exemplo. Estudiosos de várias áreas, principalmente da literatura cabo-verdiana, têm lutado, na tentativa de oficializar esta língua.

Em suma, nos dias atuais as temáticas relacionadas à arqueologia da paisagem vem ganhando força nos estudos acadêmicos, visando compreender os elementos simbólicos inseridos na paisagem, isto é, a construção do mundo colonial pela cultura dominante. Por exemplo, as análises sobre as fortificações têm demonstrado o potencial em compreender a formação da cidade, seus fluxos e as dinâmicas ocorridas, ao longo dos tempos, ainda têm proporcionado a compreensão dos discursos de poder ligados às práticas sociais na persuasão dos indivíduos no espaço.

Neste sentido, o estudo da cultura material presente na paisagem da Cidade Velha, em particular as estruturas religiosas e militares, possibilitou compreender que não representam apenas um monumento construído, mas sim os mecanismos de persuasão na dominação das pessoas e domesticação da própria paisagem. Suas construções informam sobre o exercício de poder no território, devido ao posicionamento e aos números desproporcional. Isso faz com que sejam uma marca sólida na paisagem, aliás esse foi um dos propósitos das suas implantações, o desenho cartográfico e a planta da cidade proporcionaram sobre essas percepções.

Nas análises consideramos que a cultura material é o produto da ação humana que está carregada de simbolismo, o que possibilita a compreensão do mundo social forjado pelos seus construtores e usuários. O colonizador utilizou determinados mecanismos para manter a ordem e o controle social, dado que o exercício de poder só é possível através do estabelecimento

destes. O estudo da cultura material na paisagem é promissor no entendimento efetivo dos propósitos determinados na construção do mundo colonial. Deste modo, sugerimos o estudo dos monumentos presente na Cidade Velha, uma vez que proporcionam a compreensão da estruturação do espaço social e o processo de colonização. Nesse caso, a arqueologia pode desempenhar um papel fundamental na releitura e recuperação da história passada dos seres humanos. Assim, a lógica da implantação dos elementos simbólicos na paisagem teria a ver com a preocupação de manter o domínio sobre os demais e garantir a posse do território caboverdiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização do trabalho, ainda que demonstre considerações conclusivas, aborda novas problemáticas. Devido às novas abordagens que empregam o caráter simbólico da cultura material na paisagem, os resultados poderão sofrer mudanças de acordo com as transformações ocorridas no contexto sócio-cultural. Nosso propósito é de que os questionamentos ocorram, no sentido de direcionar os olhares para novos estudos sobre os pressupostos determinados para a construção do mundo social.

O contexto pesquisado representava um centro do desenvolvimento econômico, tanto para a colônia de Portugal quanto para as Américas, baseado no tráfico de escravos. Desde a sua ocupação foi conectado com o restante do mundo, no sentido de desenvolver mecanismos de dominação e controle para a obtenção de lucros gerados pelo comércio transatlântico, que servia como entreposto comercial. Por se apresentar desabitado na altura da sua descoberta, foi organizado conforme a ideologia do colonizador português, um mundo alicerçado ao catolicismo representado pelas igrejas e capelas, também um mundo que referenciava a Europa Ocidental moderna, burguesa e civilizada, representado pela hierarquização na paisagem. Assim, a Cidade Velha foi estruturada conforme as diretrizes do colonialismo português, ligadas ao trabalho forçoso de mão-de-obra escrava, sendo este o contribuinte fundamental no desenvolvimento da cidade, durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

As estruturas, tanto de caráter religioso quanto militar, implantadas na paisagem da cidade foram analisadas como formas de persuasão e coerção das massas africanas, em uma realidade diferenciada dos mesmos, na qual eram forçosamente supressivos dos seus referenciais culturais, com o propósito de estabelecer a ordem e a reprodução do sistema de poder, visto que cada estrutura representa e exalta, de forma inequívoca, a diferenciação social na paisagem. Deste modo, as estruturas foram construídas em locais de destaque e em números ascendentes, desempenhando um papel importante na vida daqueles que ali habitavam, em particular dos africanos e na própria paisagem, isto é, as construções orientavam os moradores em uma sociedade essencialmente católica e na locomoção e controle dos usuários nos espaços. Para tal, cada estrutura foi idealizada e edificada de forma coerente na paisagem, marcando as características sócio-culturais dos seus construtores e a soberania sobre o território de outrem.

Neste sentido, o estudo da cultura material que representa as estratégias de domesticação da paisagem e dos demais, deve ser entendidos no corpo de suas variáveis, uma vez que foram idealizados por engenheiros que traziam a ideologia dos seus governantes e as concepções arquitetônicas do seu tempo, pois as construções coloniais podem dizer muito sobre a ideologia,

as relações e as práticas sociais ocorridas durante os tempos passados. Dessa maneira, a nossa pesquisa sugere a utilização do método arqueológico no estudo das sociedades passadas, visto que Arqueologia é uma das ferramentas cruciais para as novas descobertas e para a releitura da parte do processo histórico-cultural. De igual modo, aventamos que as construções não representam simplesmente um monumento edificado, mas sim uma realidade complexa de que fazem parte e permitem uma interpretação da conexão entre passado/presente/futuro/apropriação/abandono/restauração. Também ajudam no entendimento entre os processos e as dinâmicas do colonialismo e da modernidade, bem como na gestão do patrimônio (preservação e valorização).

Na análise das estratégias de colonização por meio das igrejas e fortificações inseridas na paisagem, tivemos fortes limitações. Em primeiro, a dificuldade de acesso à documentação de apoio que é uma condicionante tradicional das pesquisas que abordam temáticas ligadas a Cabo Verde, uma vez que os próprios organismos de Estado não atualizam as bases de dados, dificultando o andamento dos trabalhos de pesquisa. Em segundo, o tempo foi desafiante para o desenvolvimento pleno do trabalho, inclusive pela desmistificação do desenho cartográfico que representa a localização e a ordenação das igrejas no espaço, permitindo a compreensão das estratégias utilizadas para a conformação da cidade. Por conseguinte, gostaríamos de fazer uma adaptação do método de Hillier e Hanson, conhecido como Sintaxe do espaço (Teoria da Lógica Social do Espaço), que proporciona a compreensão da lógica de implantação dos elementos simbólicos e a estruturação destes, considerando as variáveis relacionadas à distância, acessibilidade e altitude das estruturas, tendo como ponto de partida – o porto. Dessa maneira, substituíamos o número de nódulos pelo número de vias necessárias para alcançar as construções. Alguns arqueólogos já aplicaram esse método nas suas análises, como Souza (2007) na análise da paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás; também aplicado por Zarankin (1997) sobre o modo de morar na Argentina e a arquitetura capitalista em Buenos Aires (ZARANKIN, 2002). Contudo, devido ao difícil acesso dos acervos históricos, ao tempo e à logística, não foi possível abordar e aplicar os métodos que vem sendo utilizados na desmitificação da paisagem cultural de um contexto.

Consideramos que uma abordagem na arqueologia da paisagem proporciona uma nova forma de ver o espaço construído pelos seus idealizadores, visto que as abordagens tradicionais têm visado somente a descrição do processo de expansão da cidade. Essa nova linha de pesquisa contribui de forma significativa para as identificações de padrões e realidades complexas da qual fazem parte. Em paralelo, possibilita as aproximações dos processos dinâmicos sucedidos entre a natureza e ação humana, já que as atividades humanas ocorrem em uma paisagem onde

são dados sentidos, criando espaços significativos. Portanto, os estudos futuros sobre o mundo social, sob o viés da paisagem arqueológica, fomentam as discussões e reflexões relativas à natureza interpretativa e a paisagem cultural.

Neste sentido, acreditamos que a partir do nosso trabalho podem surgir novos questionamentos referentes à construção social da Cidade Velha, isto é, os pressupostos que estiveram na base da conformação da paisagem, sendo esta o produto das ações humanas e cada “cantinho” revela as relações e as convivências sociais de diferentes grupos sociais e temporalidades. É coerente afirmar que o espaço foi estruturado/estruturante das relações sociais, porque foi alicerçado com base no poder e na ideologia, bem como vivenciado por grupos diferenciados, com culturas diferentes, atividades diferentes e percepções distintas. Também podem suscitar interesses sobre a estruturação dos núcleos urbanos das demais ilhas; as modificações ocorridas no contexto sócio-cultural e se seguem o mesmo padrão colonial. Por exemplo, sabe-se que durante o século XVIII, quando a cidade foi abandonada, a capital foi transferida para Praia (capital de Cabo Verde) por apresentar condições favoráveis para o desenvolvimento humano e comercial. Nessa lógica, o interessante a conhecer é se a sua estruturação foi nos mesmos moldes da cidade ou se houve modificações na sua ordenação que podem estar relacionadas com a mentalidade e os conhecimentos dos seus idealizadores.

Um outro ponto importante a reter é que as nossas análises se basearam na iconografia para o entendimento das estratégias de colonização usadas para dominação, porém, acreditamos que o foco nas pesquisas arqueológicas nos espaços externos e internos das estruturas religiosas e militares na Cidade Velha contribuirão para a compreensão dos esquemas organizacionais que estiveram na base de suas construções, bem como o exercício do poder e as práticas sociais através de criação e reprodução de hierarquias.

Esperamos, com este trabalho, ter demonstrado o potencial que o patrimônio arquitetônico da Cidade Velha apresenta para leituras interpretativas, que vão além das descrições técnicas e funcionalistas, considerando o contexto cultural e as múltiplas possibilidades de uma arqueologia da paisagem, em seus aspectos construídos, conceitualizados e ideacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, L. *et al.* **História Geral de Cabo Verde**. v. I. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1991.
- ALBUQUERQUE, M. “Arqueologia de unidades de defesa”. In: SOARES, F (org.). **Arqueologia das fortificações: perspectivas**. Florianópolis: Lagoa, 2015.
- AMARO, C. “Escavações Arqueológicas na Cidade Velha”. **Oceanos**, n. 5, nota 4, nov. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990.
- ANDRADE, E. **As ilhas de Cabo Verde: da descoberta à independência nacional (1460-1975)**. Paris: L'Harmattan., 1996.
- ANSCHUETZ, K. F., *et al.* An Archaeology of Landscapes: perspectives and directions. **Journal of Archaeological Research**, v. 9, n. 2, 2001.
- BARCELOS, Christiano José de Senna. **Subsídios para a História de Cabo Verde**. Cidade da Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.
- BRITO, M. R. **A Interpretação do Patrimônio Cultural: Pelourinho ou Picota da Cidade Velha Patrimônio da Humanidade**. Praia, Julho de 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2400936-Martinho-robalo-de-brito-director-da-salvaguarda-do-patrimonio-do-iipc-mestrando-em-patrimonio-e-desenvolvimento-pela-uni-cv.html>>. Acesso em: 13/09/2015.
- BOURDIEU, P. **O poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARDOSO J. L. *et al.* “O concheiro de Salamansa (ilha de São Vicente, arquipélago de Cabo Verde): nota preliminar”. **Nova Série**, Portugal, v. XXIII, 2002.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M.. “A estação arqueológica de Salamansa (ilha de São Vicente, República de Cabo Verde)”. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v. 13, 2010.
- CARREIRA, A. **Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)**. 3 ed., Praia: IPC, 2000.
- EVANS, C.; STIG SORENSEN, M. L.. **Cidade Velha, Cape Verde: Archaeological Excavations. The 2006 Season**, 2006.
- _____. **Cidade Velha, Cape Verde: Archaeological Excavations. The 2007 Season**, 2007.
- _____. **Cidade Velha, Cape Verde: Archaeological Fieldwork. Dec. 2009 - Feb. 2010, 2009-2010**.
- ÉVORA, J. S. “O património arqueológico cabo-verdiano: situação actual da questão”. **Revista Africana**, n. 24, 2002.

- _____. **O futuro da Arqueologia em Cabo Verde e outras reflexões sobre a história e o Patrimônio das ilhas.** Praia: Arquivo Nacional de Cabo Verde, 2015.
- FAGUNDES, M. “Natureza e Cultura: estudo teórico sobre o uso conceito de Paisagem nas Ciências Humanas”. **Revista Tarairiú**, a. V, n. 7, 2014.
- FAUSTO, B. **História do Brasil.** Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1930.
- FERNANDES, H. J. **O patrimônio arqueológico no solo Urbano:** caso da Cidade Velha, Patrimônio da Humanidade. Instituto da Investigação e do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, [S./d.]. Disponível em: <www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair.pdf>. Acesso em: 10/12/2015.
- FREIRE, V. **A experiência cabo-verdiana no domínio do Patrimônio.** Africana Especial. Porto: Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde / Universidade Portucalense, 1993.
- FUNARI, P. P. Linguística e Arqueologia. **Delta**, v. 15, n. 1, 1999.
- GOMES, C. E. **As Potencialidades Turísticas e Preservação Ambiental e Cultural da Cidade Velha,** 2006. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/1779>>. Acesso em: 05/10/2015.
- GUIMARÃES, G. “Que Arqueologia para Cabo Verde?” **Revista Africana**, n. 6, Especial, Universidade Portucalense/Arquivo Histórico Nacional, 2001.
- HERNANDEZ, L. M. G. **Os filhos da terra do sol:** a formação do Estado-Nação em Cabo Verde. São Paulo: Summus, 2002.
- História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental, Vol. I., Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-Geral do Patrimônio Cultural, Lisboa, 1988.
- JORGE, V. O. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura.** 2 ed. Lisboa, Instituto PIAGET, 2007.
- JUAN ARES, J.; CÁCERES YASMINA, G. “Restabelecimento do passado: Investigações arqueológicas na Real Fortaleza de São Filipe”. In: SANTOS, M.; CABRAL, I. (coord.). **Cabo Verde: Fortalezas, gente e paisagem.** Bilbao: Agencia Espanhola de Cooperacion Internacional, Ministério da Cultura de Cabo Verde, 2000.
- KI-ZERBO, Joseph. **História da África. Metodologia e Pré-história da África.** 2ª.ed., rev. Brasília: UNESCO, 2010.
- KNAPP, A.; ASHMORE, W. “Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational”. In: _____(eds.). **Archaeologies of Landscape: Contemporary Perspectives.** Oxford: Blackwell, 1999.
- LEONE, M. P.; HURRY, S. “Seeing: The Power of Town Planning in the Chesapeake”. In: **Journal of the Society of Historical Archaeology**, v. 32, n. 4, 1998.

- LIMA, A. G. **A problemática do descobrimento e do povoamento das ilhas de cabo verde**, [S./l.], 2007. Disponível em:
<<http://www.barrosbrito.com/Ficheiros%20de%20blogs/Germano-ConceitoDescobrimto.pdf>>. Acesso em 10/11/2015.
- LIMA, T. A. “Cultura material, a dimensão concreta das relações sociais”. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 6, 2011.
- LINO, J. T. “A arqueologia da paisagem como enfoque teórico para o estudo arqueológico da guerra do contestado”. **Revista Tempos Acadêmicos**, Dossiê Arqueologia Histórica, n. 10, 2012.
- MACEDO, J. **Os nós da arqueologia: leituras da paisagem e memória na Igreja de Nossa Senhora da Saúde, Rio de Janeiro**. Pág. 292 (Doutorado em Arqueologia), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.
- MOREIRA, J. B.; SOARES, F. “Muralhas que comunicam: fortificações catarinenses como portais de acesso ao Brasil Meridional”. In: SOARES, F. (org.). **Arqueologia das fortificações: perspectivas**. Florianópolis: Lagoa, 2015.
- NAJJAR, R. **Arqueologia histórica: manual**. Basília: IPHAN, 2005.
- PAVLIUC, T. **Reflexo da cidade velha - Arquitetura, Patrimônio e Turismo: o caso cidade velha em Cabo Verde**. Pág. 125 (Mestrado em Arquitetura), Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2013.
- PLANO DE GESTÃO (2008-2012): da Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande Janeiro de 2008**, República de Cabo Verde.
- PEREIRA, D. A. **Marcos Cronológicos da Cidade Velha**. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1986.
- _____. **A importância Histórica da Cidade Velha**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.
- PIRES, F. **Da cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde**. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2007.
- PORTOCARRERO, G. “Imagem e identidade urbana: o mapa de Braga de 1594”. In: **Actas das conferências**, Universidade de Lisboa, Centro de investigação e Estudo em Belas-Artes, [S./d.].
- RIBEIRO, F. A. C. **Cabo Verde e a Senegâmbia nos séculos XV e XVI, a partir do resgate de cativos nos rios da Guiné**. IV Jornada de Estudos Históricos do PPGHIS / UFRJ. Disponível em:
<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300678108_ARQUIVO_TextoAnpuh-FranciscoAimara.pdf>. Acesso 25/07/2015.
- RICHTER, K. A. **A primeira igreja construída nas latitudes tropicais**, 2011. Disponível em:<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUI

VO_III_Aprimeiraigrejaconstruidanaslatitudestropicais-3%5B2%5D.pdf>. Acesso em 03/11/2015.

SANTOS, E. *et al.* (coord.). **História Concisa de Cabo Verde**. Lisboa / Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical / Instituto da Investigação e do Patrimônio Culturais, 2007.

SANTOS, I. S. **Ribeira Grande: um lugar de memórias**. Análise da Gestão do patrimônio cultural em Cabo Verde. Pág. 115 (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território), Santo André, Universidade Federal do ABC, 2014.

SANTOS, M. E.; CABRAL, I. M. **Um laboratório expedito para uma sociedade crioula** (Cabo Verde – séculos XVI-XVII). [S./l], [S./d.]. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/344/1/Um%20laboratório%20expedito%20para%20uma%20sociedade%20crioula.pdf>>. Acesso em 14/01/2015.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SEMEDO, N. **Cidade velha: patrimônio, musealização e desenvolvimento turístico em cabo verde**. Pág. 202 (Mestrado Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento), Vila Real, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, 2010.

SCHIFFER, M. B. “Archaeological Context and Systemic Context”. **American Antiquity**, v. 37, n. 2, pp. 156-165, 1972.

SILVA, A. L. C. **Histórias de um Sahel insular**. 2 ed. Praia: Spleen, 1996.

SYMANSKI, L. C. P. “A Arqueologia da Diáspora Africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos”. **Revista Afro-Ásia**, n. 49, pp. 159-198, 2014.

SOUZA, M. A. T. “Uma outra escravidão: A paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás”. **Vestígios**, Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 1, n. 1, jan., 2007.

SOUZA, M. A. T.; NETO, F. P. “Paisagem, Território e práticas locais em duas fortificações catarinenses do século XVIII”. In: SOARES, F. (coord.). **Arqueologia das fortificações: perspectivas**. Florianópolis: Lagoa, 2015.

TEIXEIRA, M. “O patrimônio urbano dos países de língua portuguesa. Raízes e manifestações de um patrimônio comum”. **III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Ouro Preto, 2009.

_____. **As invariantes e as especificidades das fundações urbanas portuguesas**: Praia, Ribeira Grande, S. Filipe, Bissau, Cacheu. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2012.

VASCHETTO, B. P. **Ilhas de Cabo Verde: origem do povo cabo-verdiano e da Diocese de Santiago de Cabo Verde**. Boston: Farol, 1987.

VISSENTINI, Paulo Fagundes (et al.). **História da África e dos africanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

WALVIN, J. **Uma história da escravatura**. Lisboa: Tinta-da-China / LDA, 2008.

WOLF, E. **Europa e os povos sem história**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

ZURARA, G. E. **Crónica dos Feitos da Guiné**. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.